



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ADRIELY DE JESUS BRITO CIRQUEIRA

**PERCEPÇÕES SOBRE O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO
NA IDADE CERTA PARA A FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES DO
MUNICÍPIO DE AMARGOSA/BA**

**AMARGOSA - BA
2018**

ADRIELY DE JESUS BRITO CIRQUEIRA

**PERCEPÇÕES SOBRE O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO
NA IDADE CERTA PARA A FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES DO
MUNICÍPIO DE AMARGOSA/BA**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Pedagogia, Centro de Formação de Professores, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Erica Bastos

**AMARGOSA - BA
2018**

ADRIELY DE JESUS BRITO CIRQUEIRA

**PERCEPÇÕES SOBRE O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO
NA IDADE CERTA PARA A FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES DO
MUNICÍPIO DE AMARGOSA/BA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia, Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Aprovada em: 03/04/2018

BANCA EXAMINADORA



Erica Bastos da Silva – Orientadora
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Georgia Nellie Clark
Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Maria Eurácia Barreto de Andrade
Doutora em Educação pela Universidad Americana (UA)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Dedico este trabalho a toda minha família, em especial ao meu pai, que mesmo sem a sua presença física, sempre esteve presente e continua ao meu lado nesta hora de conquistas.

AGRADECIMENTOS

Como já dizia Charlie Brown Jr: “Eu faço da dificuldade a minha motivação. A volta por cima, vem na continuação”. Hoje, vivo uma realidade que parece um sonho mais foi preciso muito esforço, perseverança, ousadia e paciência para chegar até aqui, e nada seria possível sem o apoio e incentivo de algumas pessoas.

Gostaria de agradecer a Deus por estar sempre presente na minha vida sendo o meu refúgio e amparo, sem ele nada sou. Porque “O senhor é o meu pastor, nada me faltará” (Salmo 23:1).

Agradeço aos meus pais, meus maiores exemplos, ao meu pai, que mesmo sem sua presença física está sempre presente em meu coração e pensamento, a minha mãe, pelo seu apoio em todos os momentos, sem os meus pais eu nada seria. Aos meus irmãos (Rafa, Gabriel, Vitória e Henrique) e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse a esta etapa de minha vida.

As minhas tias em especial Tia Telma e Tia Deia pelo incentivo e carinho durante todo esse percurso. Diversas foram as vezes que pensei em desistir, porém, ao ouvir as suas doces palavras, me sentia forte e capaz. Aos meus amigos em especial Ana, Viviane, Jane, Jéssica e tantos outros que de alguma forma colaboraram para a construção deste trabalho.

Ao meu marido por estar sempre presente ao meu lado durante todo tempo me incentivando a continuar e apoiando os meus projetos e sonhos. Obrigada pela paciência, pelo sorriso, pelo abraço e carinho em todos os momentos.

A minha orientadora Erica Bastos gostaria de dizer muito obrigada por dedicar o seu tempo para me orientar neste trabalho, além disso, tem me inspirado a ser uma profissional melhor a cada dia. Só tenho que agradecer por toda confiança e apoio no amadurecimento dos meus saberes. Agradeço também aos demais professores que durante todo o curso, contribuíram para a minha formação.

“Que todo o meu ser louve ao senhor, e que eu não esqueça nenhuma das suas bênçãos” (Salmos 103: 2). Com o coração cheio de alegria hoje posso dizer valeu a pena cada esforço para chegar aqui.

RESUMO

O presente trabalho monográfico intitulado “Percepções sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa para a formação de alfabetizadores do município de Amargosa/BA”, tem como objetivo compreender as implicações do PNAIC para as turmas de alfabetização e as contribuições das formações continuadas para os alfabetizadores. Além disso pretende discutir como se efetiva o programa na prática pedagógica dos docentes pesquisados. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, utilizando a entrevista semiestruturada como instrumento para coleta de dados. Os sujeitos da pesquisa foram docentes que atuam como alfabetizadores e participam das formações ofertadas pelo PNAIC. Para um embasamento teórico do estudo, recorreremos a alguns autores como: Lerner (2002), Kramer (2010), Castanheira (2009), Moraes (2012), Nóvoa (1995), Mortatti (2006), Garcia (1996), dentre outros, que discutem sobre a formação continuada de professores e temáticas voltadas para as práticas alfabetizadoras. A partir dos resultados das análises de dados, foi possível perceber que a formação continuada é de suma importância para o desenvolvimento da prática pedagógica dos professores, especialmente numa proposta de constantes reflexões a partir das práxis pedagógicas.

Palavras-chave: Alfabetização; Formação Continuada; PNAIC.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- IDEB - 2005 a 2015 e Projeções para o Brasil	11
TABELA 2- Evolução das Taxas de Analfabetismo nos Últimos 5 Anos (2011-2015)	12

LISTA DE ABREVIATURAS

ANA-Avaliação Nacional de Alfabetização

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação

PNAIC- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNE-Plano Nacional de Educação

PROFA- Programa de Formação de Alfabetizadores

SAEB- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SIMEC- Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação

UNEB- Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	10
2- CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	16
2.1- REFLEXÕES SOBRE A ESCRITA E LEITURA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: DOS MÉTODOS SINTÉTICOS A ALFABETIZAÇÃO PELOS GÊNEROS TEXTUAIS	22
3-REFLEXÕES HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO DOS ALFABETIZADORES NO BRASIL	27
3.1- O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA COMO PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA	33
4-CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	38
4.1- ABORDAGENS SOBRE A PESQUISA	39
4.2-CARACTERIZAÇÃO DOS PESQUISADOS	40
4.3 DESCRIÇÕES DAS ESTRATÉGIAS PARA A COLETA DE DADOS	41
5- PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES SOBRE A FORMAÇÃO OFERTADA PELO PNAIC NO MUNICÍPIO DE AMARGOSA-BA	43
5.1- PERSPECTIVAS DO PNAIC E DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS ALFABETIZADORES: IMPLICAÇÕES PARA AS TURMAS DE ALFABETIZAÇÃO	43
5.2- EFETIVAÇÃO O PROGRAMA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES DO MUNICÍPIO DE AMARGOSA: REFLEXÕES EM TORNO DA INTERDISCIPLINARIDADE E O USO DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA	47
5.3- BOLSA E OS NOVOS RUMOS DA FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES NO CONTEXTO ATUAL	51
6-CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICES	60

1.INTRODUÇÃO

O processo de alfabetização é complexo. Para efetiva-lo é necessário que o professor tenha uma formação inicial e continuada, que lhe permita compreender o processo de escrita e leitura, para assim desenvolver no seu trabalho práticas pedagógicas que despertem na criança habilidades para ler e escrever. Os conhecimentos necessários ao alfabetizador perpassam pelo conhecimento sobre a estrutura e funcionamento da língua, os seus usos sociais. Assim, são necessárias constantes reflexões sobre o processo de alfabetização.

Considerando a relevância deste tema para a formação de alfabetizadores, esta monografia, intitulada de “Percepções sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa para a formação de alfabetizadores do município de Amargosa/BA” tem como objetivo geral compreender quais as implicações desse programa para a formação de alfabetizadores do município de Amargosa/BA, e como objetivo específico, discutir como se efetiva o programa na prática pedagógica dos professores alfabetizadores do município.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é um programa do Ministério da Educação que se configura como um compromisso assumido entre o governo federal e os governos estaduais e municipais com a intenção de alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental. Segundo os documentos do PNAIC, as ações da proposta são formadas por um conjunto integrado de programas, materiais e referenciais pedagógicos e curriculares que o Ministério da Educação dispõe para favorecer a alfabetização e o letramento.

A escolha deste tema foi por conta das minhas primeiras experiências como educadora no município de Amargosa-Ba. Atuei durante dois anos e meio como professora alfabetizadora em uma turma do 1ºano do ensino fundamental, período em que participei das formações ofertadas pelo PNAIC que aconteciam na secretária de educação, sob orientação dos coordenadores de estudo. Neste primeiro contato com a docência, as formações continuadas oferecidas pelo PNAIC trouxeram grandes contribuições para a minha prática em sala de aula, sendo perceptível a importância do ensinar a ler e escrever. Além de ser um tema relevante para a minha formação profissional, sabemos que há um grande desafio enfrentado pela escola: o de conseguir que os alunos sejam praticantes da cultura escrita.

Ao longo da história, o Brasil conquistou grandes avanços no cenário econômico global, porém necessita de mais investimentos na área educacional, pois sabemos que a educação tem um poder transformador, principalmente quando o sujeito domina as habilidades da escrita e

leitura. Sendo assim o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa surge como um programa de incentivo a alfabetização de todas as crianças matriculadas na rede pública.

O Brasil alcançou um patamar inédito na sua história com grandes avanços econômicos e sociais. (...) encontra-se no auge de uma urgência histórica para a realização da sua tarefa de educar com qualidade social todos os seus cidadãos. Esta tarefa tem na escola pública seu principal e mais amplo espaço de construção. Entre todos os grandes desafios para a educação brasileira nenhum é mais estratégico e decisivo que garantir a plena alfabetização de nossas crianças. (BRASIL, 2012, p. 05-06).

Ao aderir o programa, os entes governamentais assumem o compromisso de investir para que aconteça uma alfabetização de qualidade em todas as escolas públicas, sendo que a realização de avaliações anuais é aplicada pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) com os alunos concluintes do terceiro ano do ensino fundamental.

A tabela 1 foi disponibilizada no site do Ministério da Educação (MEC) no ano de 2016, apresentando importantes informações para pensarmos sobre os avanços nas políticas educacionais, especificamente na implementação do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Tabela 1: IDEB - 2005 a 2015 e Projeções para o Brasil

IDEB - Resultados e Metas

IDEB 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015 e Projeções para o BRASIL

Anos Iniciais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	6.0
Dependência Administrativa												
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	5.8	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.8	6.0	6.3	6.6	6.8	7.0	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.8

Fonte: Saeb e Censo Escolar atualizado em 05/09/2016.

Verificamos que o quadro está dividido em dois pontos: o IDEB observado o qual mostra os resultados atingidos durante 6 anos numa perspectiva de todo país, além de apresentar os dados Estadual, Municipal das Escolas Públicas e Privadas. Ainda apresenta as metas para

serem atingidas em cada ano. Os resultados marcados referem-se ao IDEB alcançado, diante as metas previstas para cada ano.

Os dados que nos chamam mais atenção são referentes ao ano de 2013 e 2015, quando o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa já tinha sido implementado no ano anterior como medida provisória nº 586 de 8 de novembro de 2012, e posteriormente é convertido para a Lei nº 12.801 de 24 de abril de 2013. Por meio dos dados obtidos percebemos, por exemplo, que no ano de 2013 o IDEB observado foi 5.2, sendo que a meta proposta a ser atingida era de 4.9. Em 2015 o observado foi 5.5, tendo como meta 5.2. Então, com base nesses dados, já podemos visualizar os impactos deste programa para as políticas educacionais de alfabetização, pois os dados apresentados nos referidos anos foram superiores a meta estabelecida.

Mesmo com todos os avanços nas políticas de alfabetização, percebemos que ainda se precisa intensificar estratégias para combater o analfabetismo no Brasil. Segundo a tabela 2 disponibilizada pelo IBGE¹ (2015), podemos observar que:

Tabela 2: Evolução das Taxas de Analfabetismo nos Últimos 5 Anos (2011-2015)



Fonte: IBGE/Pnad 2015

As taxas de analfabetismo no Brasil, apesar de apresentar uma queda durante os anos de 2011 a 2015, apresentam um percentual muito baixo de avanços nos dados sobre alfabetização em relação de um ano para o outro. Por meio destes dados, é visível a importância de se investir

¹ Ver mais em: <https://www.ibge.gov.br/>

em propostas que favoreçam uma alfabetização de qualidade, para que esta realidade seja modificada, alcançando uma redução significativa nos índices de analfabetismo.

Pensando neste problema enfrentado pelo país, a partir desta pesquisa será possível ampliar os nossos conhecimentos sobre a importância das formações continuadas para os professores alfabetizadores, bem como a contribuição na sua prática pedagógica, pois sabemos que ainda existem muitos problemas relacionados à aprendizagem escolar e que as formações atuam como suporte fundamental para os professores.

A formação continuada deve ocorrer com frequência para que o professor esteja sempre refletindo sobre sua prática pedagógica, pois sabemos que, “não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal” (NÓVOA, 1995, p. 25). Os cursos são importantes na formação continuada dos alfabetizadores, porém eles precisam estar interligados com a prática, o indivíduo precisa ter a capacidade de refletir sobre a sua prática pedagógica.

As formações continuadas são ações propostas para que a alfabetização dos alunos aconteça, pois o profissional que atua em turmas dos anos iniciais do ensino fundamental deve estar sempre atualizando-se sobre os métodos de alfabetização e refletindo sobre o seu trabalho em sala de aula, para assim articular o alfabetizar e o letrar, entendendo a leitura e escrita como função social e como direito subjetivo.

Segundo Kramer (2010)

O caminho para a formação dos professores alfabetizadores, já em serviço, não é o da implementação de pacotes pedagógicos pré- elaborados por órgãos centrais, nem a proposição de um novo método redentor de alfabetização. Uma via possível seria a promoção na escola da reflexão sistemática dos professores sobre a sua prática a partir da qual conteúdos e atitudes referentes ao processo de construção da alfabetização seriam trabalhados. O desafio se coloca exatamente na concretização dessa alternativa considerando, simultaneamente, as contribuições dos estudos teóricos e a prática concreta, real, dos professores (KRAMER, 2010, p. 70).

Sendo assim, o professor alfabetizador precisa de formações continuadas que valorizem o saber docente e que, além das experiências adquiridas em sala de aula, possibilitem troca de saberes, e que os levem de fato a reflexão. A escola também é um espaço destinado a formação, pois nele o educador reflete sobre o processo de alfabetização, discute sobre as dificuldades, superações, erros e acertos, qualificando-se constantemente sua atuação profissional.

Para compreender melhor este programa e suas influências para a alfabetização e a formação de alfabetizadores busquei arcabouço teórico em artigos, documentos do programa

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e autores como Lerner (2002), Kramer (2010), Castanheira (2009), Moraes (2012), Nóvoa (1995), Mortatti (2006), Garcia (1996) e também uma pesquisa exploratória de campo com professores atuantes em turmas do ciclo inicial de alfabetização, 1º ao 3º ano do ensino fundamental e que estejam participando das formações do PNAIC.

O PNAIC inicia-se a partir da medida provisória nº 586, de 8 de novembro de 2012, que diz em seu primeiro artigo:

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, com a finalidade de promover a alfabetização dos estudantes até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental da educação básica pública, aferida por avaliações periódicas.

Através desse acordo assumido os governos fornecem recursos para que os professores e escolas tenham condições adequadas para desenvolver o seu trabalho, por meio das formações continuadas para os professores alfabetizadores e os orientadores de estudos, materiais didáticos, avaliação sistemática e gestão.

A partir desta medida provisória, o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa iniciou-se no município de Amargosa-BA no ano de 2012, oferecendo formações continuadas para os professores alfabetizadores do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental.

Assim, o presente texto está organizado em quatro capítulos: referencial teórico, metodologia, análise dos dados e conclusão. Inicialmente apresentaremos a introdução mostrando os objetivos da pesquisa, justificativa, e apresentação dos próximos capítulos.

O segundo capítulo intitulado, *contextualizações sobre a importância da implantação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*, apresenta a implantação do PNAIC como programa nacional de alfabetização no Brasil, apontando os seus objetivos diante o cenário educacional, e a sua chegada no município de Amargosa/BA. Este capítulo também, expõe uma reflexão sobre a leitura e escrita e a sua importância para as práticas diárias de alfabetização, fazendo um diálogo com a rotina proposta pelo PNAIC.

O terceiro capítulo, *reflexões históricas sobre a formação dos alfabetizadores no Brasil*, vem trazer uma breve reflexão histórica do processo de formação dos professores no Brasil até chegar aos dias atuais, na formação continuada proposta pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e a sua influência para as turmas de alfabetização.

O quarto capítulo nomeado, *caminhos metodológicos da pesquisa*, traz os pontos metodológicos utilizados na construção da pesquisa, assim como a importância da pesquisa qualitativa e as características da entrevista semiestruturada. Este capítulo propõe maior

proximidade do pesquisador ao objeto de estudo e sujeitos da pesquisa, permitindo uma reflexão minuciosa sobre a temática.

O quinto capítulo, *percepções dos professores sobre a formação ofertada pelo PNAIC no município de Amargosa-BA*, abrange os resultados adquiridos com as entrevistas, e a concepção das alfabetizadoras sobre a influência das formações continuadas, bem como a visão sobre as práticas de alfabetização utilizadas nas turmas do 1º ano do Ensino Fundamental e as influências do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa para a profissão docente.

Por fim apresenta-se as considerações finais desta pesquisa, bem como algumas reflexões sobre as práticas de alfabetização, e por fim as perspectivas de formação de alfabetizadores na atualidade.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

O programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) surge como continuação dos programas implementados entre o ano de 2003 a 2010, que tinham como objetivo a melhoria na qualidade da alfabetização. Como sequência destes projetos, surge o PNAIC, com uma estrutura mais elaborada, priorizando a formação docente e avaliação como estratégia para garantir a formação de alfabetizadores, além de melhorar a qualidade e índices de alfabetismo.

A meta 5 do Plano Nacional de Educação afirma que as crianças devem estar alfabetizadas até o final do 3º ano do ensino fundamental. Sendo que esta meta foi criada em 2010 para reverter as questões do analfabetismo funcional, e garantir a alfabetização das crianças ainda no primeiro ciclo do Ensino Fundamental.

No ano de 2010 os dados do Censo Demográfico demonstram que 15,2% das crianças brasileiras com oito anos de idade que estavam cursando o ensino fundamental demonstravam dificuldades no processo de escrita e leitura. Apresentando índices elevados as regiões Norte (27,3%) e Nordeste (25,4%), que estavam em situações críticas em termos de disparidades regionais. Diante tal realidade que o país se encontrava houve a implantação da Lei nº 11.274/2006, que se torna obrigatório a ampliação do ensino fundamental para os nove anos, com início a partir dos seis anos de idade. Nas diretrizes curriculares para o ensino de nove anos (Resolução CNE nº7/2010) está estabelecido que os três anos iniciais do ensino fundamental devem assegurar a alfabetização, letramento e o desenvolvimento das diversas formas de expressão.

Entre as principais estratégias para alcançar a meta 5 registradas no Plano Nacional de Educação (PNE) encontra-se há estruturação de processos pedagógicos para os anos iniciais do ensino fundamental. Com este objetivo de assegurar a alfabetização a todas as crianças o programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é instalado em 8 de Novembro de 2012 como medida provisória nº 586. No ano seguinte, esta medida é convertida para a Lei Nº 12.801, de 24 de Abril de 2013, tendo como base a promoção da alfabetização para todos os estudantes até os oito anos de idade.

Em 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é implantado no município de Amargosa/BA. Nesse mesmo ano, iniciou-se as formações para os professores alfabetizadores, inicialmente o curso foi voltado para as práticas de ensino em Língua

Portuguesa trazendo contribuições para os processos de alfabetização e letramento. No ano posterior, houve uma necessidade de formação para a área da Matemática, sendo assim a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) disponibiliza uma formação com ênfase em língua portuguesa e matemática, implantando assim o PNAIC\BA, através da parceria dos municípios. Esta política de formação continuada para os alfabetizadores foi um avanço, pois fortalece o trabalho pedagógico do professor visando atender às especificidades das classes de alfabetização.

Em 2015, as formações continuadas são estendidas aos professores do 4º e 5º ano do ensino fundamental. O município percebeu a necessidade dos processos formativos, levando em conta os altos índices de crianças que saem do ciclo sem estarem completamente alfabetizadas. Esta formação foi desenvolvida pela Secretária de Educação do município de Amargosa/BA que disponibilizou uma orientadora de estudo, com experiência em leitura e escrita para ministrar oficinas aos professores do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental.

O ciclo de alfabetização está compreendido como um tempo sequencial de três anos letivos. Este período é especificamente para a inserção do aluno na cultura escolar desenvolvendo habilidades necessárias para a escrita e leitura, aprimorando as capacidades de produção e compreensão de textos.

Um dos problemas decorrentes dessa estruturação por ciclo diz respeito ao fato de muitas crianças saírem do primeiro ano do ensino fundamental sem as habilidades e competências necessárias para a série seguinte e essa questão eclodir apenas no terceiro ano, pois é a última série do ciclo de alfabetização, e nela pode ocorrer a reprovação. E o programa, apesar de fornecer materiais pedagógicos e formação para os docentes, não se atenta muito para as heterogeneidades de aprendizados em que alguns alunos que necessitam de mais ajuda e o professor sozinho não consegue dar atenção individual para estes estudantes.

Nas formações, os professores tiveram acesso aos quadros que contém os Direitos de Aprendizagem para o ensino de Língua Portuguesa e Matemática, estes propõem que é “dever da escola promover a aprendizagem de alguns conhecimentos e habilidades fundamentais” (BRASIL, 2012a, p. 28). Os Direitos de Aprendizagem para o ensino de Língua Portuguesa são divididos em quatro eixos: leitura, produção de textos escritos, oralidade e análise linguística. Em cada eixo segue uma orientação para o que deve ser (I) Introduzido, (A) Aprofundado e (C) Consolidado, em cada série do ciclo de alfabetização. Isto serve para “orientar o professor quanto a uma avaliação formativa e continuada, tendo em vista o avanço das crianças” (BRASIL; MEC, 2013, p. 22).

Então, podemos afirmar que o professor fica na responsabilidade de mediar o conhecimento, tendo como base os direitos de aprendizagem que precisam ser consolidados, introduzidos e aperfeiçoados na série de atuação. As habilidades a serem desenvolvidas ao longo do ciclo de alfabetização, deve estar inclusas nos planejamentos diários, para assim garantir os direitos de aprendizagem específicos para cada etapa, sabendo que a alfabetização é um processo contínuo e que deve ser plenamente consolidado no 3º ano do ensino fundamental.

Neste sentido, o programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa contribui com a formação de professores, para “aprofundar a compreensão sobre o currículo nos anos iniciais do Ensino Fundamental e sobre os Direitos de Aprendizagem e desenvolvimento nas diferentes áreas de conhecimento” (BRASIL, 2012a, p. 31).

De acordo com Moraes (2012, p.23) “muitos educadores passaram a achar natural que uma alta porcentagem de alunos das redes públicas conclua o primeiro ano sem compreender a escrita alfabética”. O alfabetizador precisa conhecer as metas de aprendizagem para cada ano do ciclo de alfabetização, para que o seu trabalho seja direcionado nas dificuldades dos educandos, pois sabemos que o processo de alfabetização deve exigir uma prática sistemática e problematizadora, contando com o comprometimento dos professores e gestão para assim efetivar o aprendizado.

No artigo 6º da portaria nº 867/2012 é relevante destacar as ações previstas para o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:

I- formação continuada de professores alfabetizadores; II- materiais didáticos, literatura e tecnologias educacionais; III- avaliação e; IV- gestão, controle e mobilização social.

Como pode ser observada na portaria nº 867/2012, os pontos estratégicos do referido programa estão voltados para formação continuada de professores e avaliação.

Sabemos que a formação continuada é muito importante para fortalecer as práticas pedagógicas dos professores, e que as formações são momentos necessários para os professores exporem as suas angústias, desafios e avanços, além de construir novas aprendizagens. Concordando com estas palavras, Imbernón (2011) afirma que:

A formação terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir que examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes, etc., realizando um processo constante de autoavaliação que oriente seu trabalho. (2011, p.47)

A busca por novos saberes faz-nos refletir sobre nossa prática atual, pois não há formação suficiente no exercício da docência, esta é feita cotidianamente no exercício da ação e reflexão. Assim nos cursos formativos onde há trocas de experiências com outros alfabetizadores, o indivíduo faz reflexão da sua prática, compreendendo os desafios existentes dentro da sala de aula e adquirindo novos conhecimentos, por meio do contato com outros professores.

Conforme a portaria nº1.458/2012 os professores alfabetizadores e orientadores receberão uma bolsa que será financiada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Na portaria nº 90 de 6 de fevereiro de 2013, no artigo 1º, incisos I e II ficam definidos os valores de R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) para os orientadores de estudo e de R\$ 200,00(duzentos reais) para os professores alfabetizadores.

A concessão da bolsa nos primeiros anos do programa foi um grande avanço na política de formação docente, visto que o programa anterior, o Pró-Letramento não oferecia este direito a seus participantes e, mesmo sendo um valor baixo, de algum modo agrega a compreensão do processo formativo como inerente a profissão do professor. Infelizmente este direito concebido aos alfabetizadores não durou muito tempo, em 2015 foi vítima de cortes sendo justificado como gastos na educação.

Nos primeiros anos do programa a formação continuada dos professores alfabetizadores era realizada de forma presencial com duração de um ano. O curso tem como objetivo a melhoria da prática docente nas séries iniciais do ensino fundamental, sendo que seus encontros apresentam atividades permanentes de reflexão.

Como mencionado anteriormente a ação III- referente a avaliação do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é feita por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que é aplicado por meio da Prova Brasil para alunos concluintes do 5º ano do Ensino Fundamental das Series Iniciais o qual determina o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) , e a Provinha Brasil para alunos do 2º ano do Ensino Fundamental e tem como objetivo identificar as habilidades já adquiridas pelos alunos no ciclo de alfabetização. Ainda acontece a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), que avalia os níveis de alfabetização no final do 3º ano fim do ciclo de alfabetização. “Os dados dessas avaliações são sistematizados em sistema informatizado desenvolvido pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) para tabular, agregar e informar os resultados às redes, possibilitando análises quantitativas e qualitativas” (MANUAL DO PACTO, 2012, p.34).

Ao estudar essa proposta do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é visível a menção de alguns princípios centrais que são necessários para o desenvolvimento e organização da prática pedagógica, entre eles destacamos quatro eixos:

1. O Sistema de Escrita Alfabética é complexo e exige um ensino sistemático e problematizador;
2. O desenvolvimento das capacidades de leitura e de produção de textos ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado logo no início da Educação Básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias;
3. Conhecimentos oriundos das diferentes áreas podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam ouvir, falar, ler, escrever sobre temas diversos e agir na sociedade;
4. A ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem. (BRASIL, 2013, p.27)

Percebe-se a necessidade de formar alunos críticos, que tenham autonomia sobre o seu processo de aprendizagem. Por muitos anos a alfabetização foi baseada nos métodos fônicos e silábicos como metodologias para o ensino da escrita e leitura e esta técnica não teve sucesso, pois se tornou algo sem intencionalidade que fazia do aluno um mero decorador e o considerava como uma tábua rasa. Nesse sentido, Mortatti (2006) aponta que:

A partir do início da década de 1980, essa tradição passou a ser sistematicamente questionada, em decorrência de novas urgências políticas e sociais que se fizeram acompanhar de propostas de mudança na educação, a fim de se enfrentar, particularmente, o fracasso da escola na alfabetização de crianças. Como correlato teórico metodológico da busca de soluções para esse problema, introduziu-se no Brasil o pensamento construtivista sobre alfabetização, resultante das pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita desenvolvidas pela pesquisadora argentina Emilia Ferreiro e colaboradores. Deslocando o eixo das discussões dos métodos de ensino para o processo de aprendizagem da criança (sujeito cognoscente), o construtivismo se apresenta, não como um método novo, mas como uma —revolução conceitual, demandando, dentre outros aspectos, abandonarem-se as teorias e práticas tradicionais, desmetodizar-se o processo de alfabetização e se questionar a necessidade das cartilhas (MORTATTI, 2006, p. 10).

Neste novo contexto, é necessário valorizar a aprendizagem dos alunos sobre o ensino, apontando o seu desenvolvimento no decorrer das atividades. A partir desta revolução conceitual, há a expansão das teorias construtivistas, a partir das quais o aluno passa a ser um sujeito ativo do seu processo de aprendizagem, participando de todo processo para construção do seu próprio conhecimento.

Com o surgimento das teorias construtivistas, o alfabetizar tornou-se um processo mais dialógico. Os alunos aprendem a ler e escrever por meio do contato com as práticas diárias de leitura e a valorização da escrita através das produções de textos, listas e palavras.

Nesse sentido, a proposta de linguagem do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa foi elaborada pensando nesta nova dinâmica da alfabetização, valorizando os saberes das crianças, para isso as aulas são divididas em tempos: Roda de leitura e oralidade-este momento é destinado para que os estudantes conheçam os diferentes gêneros textuais e autores, participando de situações comunicativas, considerando e respeitando as opiniões alheias, já na hora da escrita a criança é estimulada a refletir sobre o sistema de escrita alfabética e o uso das grafias nas palavras assim como o domínio de letras e seu valor sonoro, de modo a conseguir ler palavras, frases e textos.

O intuito desta proposta é que os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental tenham uma alfabetização de qualidade, tendo acesso a diversos gêneros textuais, e sejam indivíduos reflexivos durante todo o processo de escolarização. A alfabetização é um processo contínuo que permeia e acontece no decorrer da vida, sendo assim esta etapa de ensino é fundamental para o indivíduo, pois não implica apenas o conhecimento das letras e do modo de decodificá-las, mas a possibilidade de usar esse benefício em qualquer contexto social que envolva o uso da leitura e escrita.

O professor alfabetizador desenvolve um papel primordial, pois ele tem a função de mediar a construção do conhecimento e, para que isto aconteça, é imprescindível que o educador tenha responsabilidade e clareza nos seus objetivos educacionais. Segundo Castanheira (2009):

O ato de ler e escrever, mais do que possibilitar o simples domínio de uma tecnologia, cria condições para a inserção do sujeito em práticas sociais de consumo e produção de conhecimento e em diferentes instâncias sociais e políticas. Ciente da complexidade do ato de alfabetizar e letrar, o professor é desafiado a assumir uma postura política que envolve o conhecimento e o domínio do que vai ensinar. (CASTANHEIRA, 2009, p. 16)

A leitura precede a escrita da palavra, inserindo o sujeito no mundo social. As práticas de leitura e escrita são essências no processo de alfabetização, e o professor têm que assumir o papel de leitor constantemente, quando as crianças ainda não sabem ler por si mesma, criando estratégias para que desperte no aluno o gosto e a curiosidade pela leitura. Seguindo as orientações do PNAIC, expostas no caderno de estudo para os alfabetizadores, as turmas do 1º ano do ensino fundamental desenvolvem em suas rotinas diárias como momento inicial a “Leitura Deleite”, momento este que o aluno e o professor leem sem cobrança, assim a criança aprende a escrever a partir da leitura.

O ensino da leitura e escrita é indispensável na sociedade, seu uso facilita a inserção do ser humano nos diversos espaços sociais. De acordo com Lerner (2002, p.61) “Aprende-se a

ler, lendo e aprende-se a escrever, escrevendo”, nesse sentido podemos dizer que as práticas de leitura e escrita devem ser introduzidas no espaço escolar como objeto de ensino e estudo, pois ler e escrever são pilares fundamentais na vida de qualquer indivíduo e devem ser frequentes em sala de aula, sendo que os alunos precisam ser estimulados desde os anos iniciais a cultura do escrito.

O professor tem o direito a uma formação inicial e continuada que valorize a sua trajetória profissional, e torne esta etapa do ensino mais atrativa, assegurando as condições necessárias para que o trabalho seja desenvolvido com competência e prazer. Diante das transformações que ocorrem no mundo de hoje, manter-se atualizado é de grande valia para um bom profissional.

Assim, no próximo tópico apresentaremos algumas reflexões sobre os avanços teóricos e metodológicos no que se refere ao aprender a ler e escrever.

2.1 REFLEXÕES SOBRE A ESCRITA E LEITURA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: DOS MÉTODOS SINTÉTICO A ALFABETIZAÇÃO PELOS GÊNEROS TEXTUAIS

A escrita foi uma das grandes invenções do homem sendo que surgiu a partir de uma necessidade em criar os seus registros e armazenar informações com intuito de preservação de uma história. Segundo Nucci, “com o desenvolvimento das sociedades, o domínio da escrita passou a ser uma necessidade emergente, o que levou a alfabetização a assumir gradualmente um papel social essencial” (2001, p. 48). Portanto este processo de alfabetização é de grande responsabilidade para o docente, pois nessa etapa o educando passa a ter contato com as práticas de leitura e escrita, para assim construir conhecimentos que permitam serem sujeitos alfabetizados e letrados.

Ao longo dos anos, a alfabetização passou por diversas mudanças no que diz respeito às práticas utilizadas pelo professor em sala de aula, métodos tradicionais que não propunham ao aluno reflexões sobre o seu processo de escrita. A aprendizagem era compreendida como acúmulo de informações, tornando o educando um sujeito que, por vezes, decorava e reproduzia textos cartilhados.

Os métodos conhecidos como tradicionais são divididos em Método Sintéticos e Método Analíticos. Segundo Capovilla:

Tradicionalmente, os métodos costumavam ser classificados em analíticos e sintéticos. Essa distinção se apoiava na ênfase e na direção dada ao ensino. Os métodos sintéticos seguiam da parte para o todo [...]. Os métodos analíticos seguiam do todo para as partes. (CAPOVILLA 2005, p.56).

O método sintético foi o mais utilizado pelos alfabetizadores sendo subdivididos em: alfabéticos, silábicos e fônicos. No alfabético, as crianças deveriam aprender unidades menores, iniciando pelas letras, sílabas até chegar a palavra. Esta metodologia fazia com que o educando decorasse sílabas soltas. Assim, o acúmulo de informação fazia, com que a criança não refletisse sobre o uso social da escrita. O silábico utiliza a sílaba como unidade principal, por meio dela os alunos conseguiria ler palavras monossilábicas e, posteriormente, juntando mais sílabas realizaria a leitura de palavras. Ainda no grupo dos métodos sintéticos temos o tradicional métodos fônicos. Sobre isso Morais (2012, p.29) afirma que, “Por trás dos métodos fônicos está a crença de que os fonemas existiriam como unidades na mente do aprendiz (que poderia não só pensar neles, mas, sem muito esforço, pronunciar /s/ /a/ /v/ /i/para a palavra chave)”.

O método fônico baseia-se no uso de fonema. O alfabetizando era treinado a falar fonemas isolados, para posteriormente fazer a correspondência fonema-grafema. Esta prática não seria útil no processo de alfabetização, pela perspectiva construtivista, já que a criança passa por níveis de escrita até compreender a relação da fala com a escrita.

No processo de alfabetização se faz necessário o trabalho com a consciência fonológica que ao contrário do método fônico, faz com que a criança perceba que a fala está associada com a escrita. Ferreiro (2003) afirma que:

[...] A fonetização da escrita se inicia quando as crianças começam a buscar uma relação entre o que se escreve e os aspectos sonoros da fala. A análise do significante parece surgir também tratando de compreender novamente, mas em outro nível, a relação entre o todo e as partes constitutivas. (p.85).

Segundo a autora, a compreensão do som que as letras representam é significativa para a construção de habilidades necessárias para o processo de aprendizagem, visto que não seja utilizada isoladamente mas estejam ligadas a outras habilidades que favoreçam a aquisição da escrita alfabética.

Por meio dos estudos feitos na América Latina pelas pesquisadoras Emília Ferreira e Ana Teberosky, foi possível a explicação teórica, apontando o caminho que o indivíduo percorre na aquisição da língua escrita. Fundamentada em princípios da psicologia, essa teoria foi denominada Psicogênese da Língua Escrita. De acordo com Morais (2012, p,45). “A teoria criada por Emilia Ferreiro e Ana Teberosky(1979) teve uma grande divulgação em nosso país. Geralmente sob o rótulo de “construtivismo”, tem sido, desde os anos 1980, bastante difundida na formação inicial e continuada de nossos professores.”

Essa teoria trouxe uma nova visão para a alfabetização enfrentando assim os velhos métodos tradicionais e buscando compreender o processo de escrita da criança, refletindo sobre

o sistema alfabético. A criança, ao chegar ao 1º ano do Ensino Fundamental, já tem um contato com o mundo da escrita e o papel do professor é diagnosticar o que ela já sabe para assim facilitar o processo de ensino e aprendizagem, que vai muito além da codificação e decodificação da relação fonema e grafema.

A criança passa por níveis de escrita até chegar à alfabetização. De acordo com Ferreiro e Teberosky, os níveis de escritas estão divididos em:

Nível pré-silábico: nesse nível, a criança não estabelece relação entre a fala e a escrita, sua escrita é representada por desenhos, rabiscos, letras, bolinhas e números como se soubessem escrever sem se preocupar as partes sonoras da escrita. Para a criança a leitura e escrita só ocorrem se houver muitas letras.

Nível Silábico: A criança começa a fazer uma relação entre a fala e escrita, percebe que a escrita representa a fala e tenta dar valores sonoros às letras, escreve uma letra para cada sílaba, nesse nível a criança já aceita as palavras com um ou duas letras que corresponde a emissão oral de cada sílaba.

Nível silábico-alfabético: Marca a transição entre as hipóteses prévias a serem abandonadas e as hipóteses que virão a ser construída, a criança passa descobrir que a sílaba pode ser escrita com uma, duas, três ou mais letras, e que o som tem sua identidade e não garante a identidade das letras, passando assim para o nível alfabético.

Nível alfabético: Nesse nível existe a correspondência entre fonemas e grafemas, as crianças já conseguem ler e escrever o que pensa ou fala, compreendendo que uma sílaba pode ter uma, duas ou até três letras, mas ainda pode esquecer algumas letras apresentando dificuldades ortográficas. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 219).

O alfabetizador precisa ter conhecimento sobre os níveis de escrita que a criança passa ao longo da alfabetização, pois é a partir dos níveis que o professor consegue nortear o seu trabalho. Por meio de um diagnóstico inicial, o mesmo faz uma análise de qual nível a criança se encontra e os seus conhecimentos prévios sobre o sistema de escrita. A partir desta verificação, faz se necessário que o docente use uma metodologia adequada para cada aluno, fazendo com que o avanço aconteça.

As práticas de intervenção são necessárias para que o professor perceba a importância do planejamento de suas aulas, pois cada educando tem um tempo para desenvolver as suas habilidades e competências necessárias ao processo de alfabetização. Pensando neste processo de escrita, a proposta do referido Programa traz uma rotina bem dinâmica para as aulas de Língua Portuguesa envolvendo momentos estratégicos em que a criança passa a ter contato com a leitura deleite e posteriormente com o estudo detalhado do texto para assim avançar para a aquisição da escrita.

Assim, a teoria da psicogênese traz novos desafios para a formação de alfabetizadores, visto que se muda o foco do método para o sujeito aprendiz. Nessa perspectiva, o processo de alfabetização se torna mais dinâmico e demanda deste profissional conhecimentos teóricos e reflexões constantes sobre a sua prática profissional

Ao iniciar o seu processo de escolarização, a criança precisa ter acesso aos diversos gêneros textuais, até mesmo os que ela já tem uma familiaridade, como os rótulos, as propagandas e logomarcas, o trabalho com estes objetos fortalece a “leitura de mundo” mencionada por Paulo Freire no seu livro *A importância do ato de ler*. É importante que a leitura apresente “por um lado, um propósito didático: ensinar certos conteúdos constitutivos da prática social da leitura, com o objetivo de que o aluno possa reutilizá-los no futuro, em situações não-didáticas” (Lerner, 2002, p.80). O professor deve valorizar a atual realidade do aluno e fazer com que o ensino da leitura tenha sentido para tal situação, pois sabemos que ler algo que nos é familiar se torna muito mais agradável, do que ler textos sem uma familiaridade. Os textos devem ser selecionados com este propósito, para que as crianças sintam gosto pela leitura, e percebam que este terá uma função social ao longo da sua vida.

Na rotina das turmas de alfabetização, o momento da leitura deve ser priorizado pelo professor, pois “ao ler para as crianças, o professor “ensina” como se faz para ler” (Lerner, 2002, p.95). A criança, quando escuta a leitura feita em voz alta pelo professor, toma como referência a postura desenvolvida pelo leitor, sendo que, ao ler, o professor deve criar um suspense sobre o texto, para assim desenvolver a curiosidade nos alunos e despertar o gosto pela leitura. “Uma vez terminada a leitura, tanto no caso do texto literário como no do informativo, o professor põe o livro que leu nas mãos das crianças para que o folheiem e possam deter-se no que lhes chama a atenção” (Lerner, 2002, p.96), as crianças gostam deste contato com o texto. Geralmente é neste momento que o aluno passa a “imitar” o comportamento do leitor, relendo novamente o texto, analisando as imagens e as letras e então vai despertando o interesse para ler.

Ao falar de leitura no espaço escolar, devemos nos atentar para a finalidade dos projetos de leitura que vem prontos das secretárias de educação, e são expostos aos professores para que apliquem na sua classe. Será que estes projetos realmente contemplam a atual realidade de cada escola? Pois sabemos que diversos são os projetos recebidos na escola, mas precisa-se saber se este condiz com os objetivos de aprendizagem e especificamente com o contexto em que a criança está inserida. Portanto, “o desafio de dar sentido à leitura tem, então uma dimensão institucional e, se essa dimensão é assumida, se a instituição como tal se encarrega da análise do problema, se seus integrantes em conjunto elaboram e levam à prática projetos direcionados a enfrenta-lo, começa a se tornar possível encurtar a distância entre os propósitos e a realidade” (Lerner, 2002, p.98).

Então, percebemos que os projetos de leitura podem ser enviados pelas secretárias de educação, porém a instituição precisa estar ciente da atual realidade dos alunos que frequentam

aquele espaço e, juntamente com os profissionais (professores, coordenadores e auxiliares), fazer as modificações necessárias para beneficiar o público-alvo, atingindo assim os objetivos específicos e direcionando as atividades para o foco principal, que é fortalecer o ato de ler.

É necessário destacar que os projetos que precisam se adequar á realidade da escola e não o contrário, “realmente, os projetos institucionais permitem instalar na escola - e não só na classe – um “clima leitor” que, em alguns casos, se estende para os lares, porque vai envolvendo imperceptivelmente não só as crianças como também as famílias” (Lerner, 2002, p.98), trazendo assim contribuições positivas para a construção do aluno-leitor, além de fortalecer o vínculo da família com a escola.

Como mencionado no capítulo anterior ,o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa organiza os momentos em sala de aula por meio de uma rotina, sendo que ,ao iniciar a aula ,o primeiro contato que a criança tem é com a leitura deleite, espaço este destinado a leitura por prazer, o aluno tem o direito de escolher ou levar algum livro, texto ou revistas para sala de aula e compartilhar com os seus colegas. Essa prática de buscar informações para levar aos seus colegas, faz com que a criança sinta-se pertencente daquele espaço, expondo os seus gostos, ideias e opiniões. A partir daí, o professor pode fazer observações sobre o que as crianças gostam de ler, os gêneros textuais que atraem e chamam mais atenção, para incluir em seu planejamento.

Assim sendo, podemos dizer que é preciso “unir nossos esforços para alfabetizar todos os alunos, para assegurar que todos tenham oportunidade de se apropriar da leitura e da escrita como ferramentas essenciais de progresso cognoscitivo e de crescimento pessoal” (Lerner, 2002, p.29). Portanto, o alfabetizador fica na responsabilidade de proporcionar o desenvolvimento de seu aluno, fortalecendo diariamente as práticas de leitura e escrita. Como a autora traz, estas são ferramentas indispensáveis na vida de qualquer indivíduo.

Desse modo, no próximo capítulo apresentaremos algumas considerações históricas sobre a formação de alfabetizadores no Brasil.

3.0 REFLEXÕES HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO DOS ALFABETIZADORES NO BRASIL

A formação continuada dos professores alfabetizadores é imprescindível para a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Sabemos que ela sozinha não soluciona todos os problemas presentes na educação, mas, no que diz respeito ao processo de aprendizagem, certamente ela traz grandes contribuições.

De acordo o livro “500 anos de educação no Brasil”, no seu capítulo nomeado O mestre-escola e a professora (VILLELA 2003), traz que a formação de professores iniciou-se no Brasil no ano 1834, a partir do Ato Adicional à Constituição de 1824. Neste período o professor passava a ter um plano de carreira, para os atuantes no antigo primário (1ª a 4ª série). Os professores recebiam o nome de “mestre-escola”. Estes desenvolviam as suas atividades em domicílio, sendo que,

o modelo escolar ainda não estava rigidamente internalizado e qualquer um que dominasse alguma habilidade (leitura, escrituração, cálculos etc.) certamente não se sentiria constrangido em retransmiti-la no âmbito doméstico. Ele só recorria ao “especialista”, um mestre-escola “dos mais acreditados na cidade”, quando reconhece a falência e os limites de sua missão. (VILLELA, 2003, p.99)

Nota-se que para ser professor bastava ter alguma habilidade, é ser capaz de transmiti-las a outras pessoas. O educador era destinado prioritariamente aos interesse civis e políticos, tendo alguma necessidade para resolver um problema, que não estava ao seu alcance, este procurava um “especialista”, indivíduo que possuía um conhecimento superior ao seu.

Segundo BREJON (1973), um dos momentos marcantes para a formação de professores, foi o “Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte”, estabelecido por meio do Decreto nº 1 3331 de 17 de fevereiro de 1854, por meio dele há determinação dos conteúdos a serem ensinados nas escolas públicas e as etapas de ensino passaram a ser divididas em 1º grau e 2º grau. “Os conteúdos a serem tratados no 1º grau compreendem: instrução moral e religiosa, a leitura e a escrita, e, as noções dos sistemas de peso e medida do município”. (BREJON,1973, p.43)

De acordo a fala do autor percebemos a importância que a leitura e escrita vinha ganhando nas escolas de 1º grau, momento em que, os professores necessitavam de uma formação inicial e continuada. BREJON (1973), aponta que, o referido decreto estabelecia que as formações ficariam sobre responsabilidade das Províncias, é estas não conseguiriam manter este compromisso, visto que não contava com o apoio da Corte.

Percebe-se, que ao longo da história, durante o Império, a formação inicial e continuada se faz necessário na vida do indivíduo, essa prática já estava presente desde a existência dos “mestre-escola”, quando o professor precisava recorrer a alguém mais experiente para lhe orientar. Por meio dos fatos, anteriormente citados, identifica-se o descaso da Corte diante os investimentos na política educacional, mesmo sabendo de todas as necessidades que os professores enfrentavam nas escolas.

A partir desta demanda de formação e com o fracasso dos Cursos Normais no Brasil, o Deputado Antonio Cunha Leitão faz uma denúncia da real situação do Império afirmando que: “Da população geral dos homens pouco mais da metade não sabem ler, das mulheres mais da metade não sabem ler e das crianças em idade escolar (6 a 15 anos) apenas 5 788 frequentam a escola, 16 449 não frequentam”. (BREJON,1973, p.49). Nota-se que os índices eram altos e consequentemente o analfabetismo era comum entre os indivíduos, BREJON(1973), ainda aponta que através da implantação da Lei Saraiva em 1882, impulsionou a universalização do ensino elementar, sendo que os analfabetos não tinham o direito ao voto. A partir desta Lei a população demonstrava interesse em aprender a escrita do nome e procurava as escolas como forma de solucionar o problema.

Neste período da história chega ao fim o Império, e “a partir da proclamação da República brasileira, de consecução dos correspondentes ideais políticos e sociais, para o que se impunha, entre tantas outras urgências, a organização da instrução pública” (MORTATTI, 2008, p. 468-469). A República fica responsável pelo desafio de universalizar o ensino, sendo que este ainda estava sobre controle das Províncias, “o Estado de São Paulo desempenhou papel de “pólo difusor”, sobretudo no que se refere à importância que se passou a atribuir sistematicamente à escolarização e ao ensino das práticas de leitura e escrita assim como à formação do professor responsável por esse ensino” (MORTATTI, 2008, p. 469).

A escrita e leitura ganhava destaque no cenário educacional deste período, pois as taxas de analfabetismo no Brasil, revelava altos índices, “85,21% de iletrados considerando-se a população total pelo censo de 1890 e em 1900 com o índice de 75,59%- o tema analfabetismo assume posto de destaque na conjuntura nacional” (Paiva,1900, p.10). Os índices eram alarmantes e o governo tentava reverter estes dados por meio das Campanhas de Alfabetização e da valorização das formações para os educadores que estavam diretamente em contato com o ensino.

A formação de alfabetizadores no Brasil, “que se expande a partir da década de 1910, aproximadamente” (Mortatti, 2008, p. 469) tem como intuito a formação dos professores para atuar no ensino da leitura e escrita, pois “como se sabe, não [havia] no Brasil, cursos destinados

exclusivamente à formação inicial do professor responsável pela alfabetização de crianças, estando sua formação subsumida na do “professor primário” (Mortatti, 2008, p. 469). Sendo que neste período, os cursos de formação inicial estavam destinados a formarem professores para atuar no primário, e não dava suporte especificamente para a alfabetização de crianças.

Este é um ponto importante a ser discutido, a formação inicial não dava subsídios necessários para os professores atuarem com as turmas de alfabetização, sendo imprescindível o avanço nas políticas de formação continuada, pois sabemos que o indivíduo, ao iniciar o contato com a docência, enfrenta diversos problemas relacionados a falta de preparação para o ensino, então as formações continuadas são como “suporte” para se aproximar das práticas alfabetizadoras.

É, nesse contexto de oferecer recursos didáticos para os professores que:

a partir de sobretudo da década de 1930, os manuais de ensino destinados aos cursos de formação de professores, ou seja, um tipo de livro didático em que se buscar divulgar, de forma didática e condensada, os saberes (conteúdos e métodos) necessários ao professor primário, que deve também ensinar a ler e escrever. (Mortatti, 2008, p. 474).

As cartilhas atuaram como instrumento facilitador para o trabalho do alfabetizador diante o cenário histórico daquele momento.

A partir da LDB nº 4.024/61 de 20.12.1961, “a formação de professores para o então ensino primário, fica garantida em nível de grau médio como curso ainda específico (Curso Normal)”. (SAVANI, 1997, p. 17). Os cursos normais tinham como objetivo a formação dos professores, visto que, nesse período havia um grande número de pessoas que necessitava ser alfabetizada, e a formação inicial das escolas normais não dava suporte ao professor para alfabetizar outros indivíduos. SAVANI (1997), traz que, a partir das mudanças nas políticas educacionais, a LDB nº 5.692/71 altera o ensino primário e médio, para o ensino de 1º e 2º grau, este garantia uma das Habilitações do 2º grau para o ensino profissionalizante. Por meio desta medida os cursos de magistério foram perdendo a sua essência, e as formações foram preconizadas, pois deixava de ter um controle na qualidade dos cursos normais, levando a redução no número de alunos para a habilitação do magistério.

A partir da LDB nº 9394/96 ,fica definido que os docentes sem formação em nível superior, na sua área de atuação, teriam um prazo de dez anos para obter tal especialização, ou seja, no ano de 2006 os professores já deveriam ter a formação inicial concluída. No Título VI, Art. 62 ainda na LDB nº 9.304/96 afirma que,

A formação docente para atuar na educação básica far-se-á em nível superior em Cursos de Licenciatura de graduação plena, em Universidades e Institutos Superiores de Educação, admitida como formação mínima para o exercício do Magistério na

Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental a oferecida em nível Médio na modalidade Normal.

Diante das medidas expostas pela Lei educacional, percebemos que a formação inicial agora fica sob controle dos cursos de ensino superior, garantindo a formação para a Educação Infantil e de 1º ao 5º ano, ressaltando que os conteúdos a serem desenvolvidos nas formações deveriam atender especificamente cada etapa do ensino. Esta diferenciação na formação é imprescindível para o sucesso na aprendizagem dos alunos, pois o professor faz uma reflexão teórica a sua prática em sala de aula, favorecendo assim o seu conhecimento dentro da sua área de atuação.

No ano 2001, o governo lança o programa PROFA (Programa de Formação de Alfabetizadores) com a intenção de contribuir para a formação professores, levando em debate teórico as contribuições dos estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky para a alfabetização. Baseando em que “os professores precisam ter assegurado seu próprio direito a uma formação que lhes permita uma atuação compatível com as exigências ora colocadas” (BRASIL/PROFA, 2001c, p. 16, grifo nosso). Com o auge das novas tendências pedagógicas, os antigos métodos tradicionais perdiam a vez e o ensino passava a ser voltado para o construtivismo, o sujeito passa a ter responsabilidade e age ativamente na construção do seu conhecimento, passando por fases de aprendizagens, por isso há necessidade dos professores estarem sempre se atualizando, para garantir um melhor ensino para os seus alunos.

Como continuação deste programa de capacitação para alfabetizadores, surge o Pró Letramento, que foi implementado a partir dos resultados do SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), no ano de 2003. O documento *Fracasso escolar no Brasil: políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar (2005)*, aponta para o desenvolvimento dos alunos da 4ª série do Ensino Fundamental, demonstrando que 55% dos alunos apresentaram níveis críticos em Língua Portuguesa, e de 51,6% em Matemática. Por meio dos dados apontados neste documento percebe-se que, mais da metade dos alunos avaliados da 4ª série não estavam completamente alfabetizados. A partir dos dados obtidos pelo SAEB, o governo implementa o programa com o objetivo de combater os chamados altos índices de deficiência na alfabetização.

Assim como a formação inicial oferecida nos cursos de ensino superior se faz necessária, é importante que haja formação continuada, na perspectiva de ampliação do conhecimento, sabemos que,

[...] o professor no exercício da prática docente é portador de uma teoria adquirida em curso de formação inicial, teoria esta atualizada a cada dia em sua relação com as

crianças na sala de aula, nas leituras que faz, nos cursos de que participa, nas reflexões que produz, (Enfim, na formação continuada) grifo nosso. (Garcia, 1996, p.21)

Percebe-se que a atualização profissional deve ser incluída na rotina dos docentes. Os professores alfabetizadores, que estão diretamente envolvidos com o ato de ler e escrever, necessitam de formações continuadas, para assim compreender como o seu aluno aprende. Precisamos entender como realmente acontece as formações, pois sabemos que as Secretarias Municipais de Educação oferecem cursos a curto prazo, e geralmente no início do ano letivo. O processo de formação precisa garantir aos professores conhecimentos que estejam associados a prática, por isso a importância de formações voltadas para a área específica em que o docente está atuando, e a longa duração dos cursos formativos.

O professor precisa atuar como pesquisador, ampliando o seu olhar para as especificidades dos educandos, e buscando nas formações preparo teórico, habilidades e competências necessárias para desenvolver o seu trabalho, pois “ao se tornar pesquisador vai se tornando capaz de encontrar/construir novas explicações para os problemas que enfrenta em seu cotidiano” (GARCIA,1996, p.21). Pensando nas turmas do ciclo de alfabetização, encontramos alunos nos mais diferentes níveis de escrita e leitura, sendo assim, a falta de formação desses professores alfabetizadores pode causar um impacto na aprendizagem dos educandos. Nesse sentido, percebemos que a formação deve ocorrer de forma contínua para que os resultados sejam condizentes na prática do professor e conseqüentemente no sucesso da aprendizagem do aluno. A LDB 9394/96 aponta,

“§1º que a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais do magistério. (Incluído pela Lei nº12.056, de 2009). E no § 2º que a formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação à distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).”

Sendo assim, o governo brasileiro busca apoio das universidades, afim de oferecerem a formação continuada para os professores, podendo ser oferecidas nas modalidades presencial ou a distância. Ressaltando que, “as atuais práticas de formação que, por preceito da LDB/1996, têm retomado procedimentos de “reciclagem” e de treinamento em serviço tão usados nos anos 1970, agora seu maior foco tem sido a Educação à Distância (EAD)” (BRZEZINSKI,2010, p.1146). Atualmente tem se investido muito nos cursos formativos na modalidade a distância. Não desmerecendo tal modalidade, mais ainda “conta com os “professores leigos”, segundo (BRZEZINSKI,2010, p.1146). Como oferecer formação á distancia a professores que mal

sabem utilizar as ferramentas tecnológicas em sala de aula? talvez essa seja uma medida a se repensar.

Então, buscamos discutir aqui a formação continuada oferecida pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa que surge por meio das contribuições dos programas anteriores para o fortalecimento das práticas alfabetizadoras, desafio proposto aos municípios que se encontram em situações de emergência no âmbito da alfabetização de crianças.

Por meio dos acontecimentos citados ao longo da história, é perceptível identificar que o processo de formação do professor, assim como os investimentos nas políticas de alfabetização estão diretamente associados com o contexto histórico e, principalmente, político em que o país vive em determinado momento. Percebemos que a implantação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade certa está diretamente associado ao momento em que as práticas de leitura e escrita, necessitavam serem efetivadas ainda nos três primeiros anos do ensino fundamental, como resultados de pesquisas sobre a linguagem e os processos de aquisição e desenvolvimento da lecto-escrita. Ressalta-se também o momento político em que existia o interesse de investimento na formação docente como uma política instaurada pelo governo LULA (2003-2011), o qual estava no poder.

As formações do PACTO foram de suma importância para os alfabetizadores, pois aconteciam durante todo o ano letivo, e com mais frequência que os programas anteriores. Além de garantir formação para os orientadores de estudo, estes são responsáveis em ministrar as formações para os alfabetizadores. Um dos pontos estratégicos que foi pensado por este programa foi os investimentos nas formações continuadas, e isto é um avanço na política educacional, pois sabemos que manter o professor em constante formação é pensar na qualidade do ensino.

Diante as mudanças que ocorreram neste programa, as bolsas que eram disponibilizadas aos alfabetizadores e orientadores de estudo foram cortadas no ano de 2015, apesar de ser um valor simbólico, as bolsas foram um progresso do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, já que foi o primeiro programa de formação continuada a oferecer uma ajuda de custo aos professores. Os investimentos na educação estão cada vez mais sujeitos a reduções, visto que o país está passando por momentos delicados, no cenário econômico, social e político. E sabemos que, infelizmente a educação é afetada, pois para os atuais governantes não há muita vantagem em garantir um ensino de qualidade para as classes menos favorecidas. Então, notamos que os programas conseguem atingir os seus objetivos, mas sem que haja uma devida avaliação, eles são sujeitos a cortes ou reduções, para que se enfoquem outras prioridades governamentais.

Vale ressaltar que, mesmo com o corte das bolsas, os professores, em sua maioria, continuaram participando das formações ofertadas pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, o que ressalta a importância das políticas de formação docente e os seus reflexos na prática alfabetizadora.

No próximo tópico deste trabalho, apresentaremos de modo sintético a organização do Pacto como proposta de formação continuada, bem como as perspectivas atuais para a formação de alfabetizadores.

3.1 O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA COMO PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Por meio das discussões realizadas no tópico anterior, percebemos que a formação continuada deve ser realizada em sintonia com as experiências e vivências do alfabetizador, para que este reflita sobre as suas atitudes e metodologias utilizadas em sala de aula. Desta maneira, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa tem a intenção de, “assegurar uma reflexão mais minuciosa sobre o processo de alfabetização e sobre a prática docente garantindo que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, no final do 3º ano do Ensino Fundamental, que se criou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.” (BRASIL,2012, p.27). Portanto, o referido programa busca a formação continuada de alfabetizadores, pois quando o indivíduo passa a refletir sobre a sua prática pedagógica, está buscando alternativas para qualificar e melhorar o seu trabalho.

Segundo os documentos do MEC, “A formação continuada de professores alfabetizadores prevista pelo Pacto se dá por meio de um curso, que apresenta uma estrutura de funcionamento na qual as universidades, secretarias de educação e escolas devem se articular para a realização do processo formativo dos professores alfabetizadores atuantes nas escolas, nas salas de aula” (BRASIL,2014, p. 11).

A formação é dividida em dois grupos de professores: os formadores e os orientadores de estudos. As universidades ficam na responsabilidade dos formadores, estes desenvolvem a formação para os orientadores de estudos. “O Orientador de Estudos, por sua vez, selecionado pelos municípios, a partir de critérios estabelecidos pelo MEC, organiza, com base nos mesmos princípios formativos, a formação dos Professores Alfabetizadores, atuantes nos três primeiros anos, em escolas públicas de diversas regiões do País” (BRASIL,2014, p.11). Então os orientadores de estudo, ficam com a responsabilidade de medir as formações para os alfabetizadores, e estes estão mais próximos da realidade das turmas de alfabetização, pois

ficam responsáveis pela supervisão desses professores alfabetizadores. O grupo formado por professores: formador, orientadores de estudo e alfabetizadores apresenta um único objetivo, o de melhorar a qualidade do ensino, especificamente da alfabetização.

Um dos princípios positivos do programa estão baseados nos conteúdos a serem oferecidos pelas formações “a formação no âmbito deste Programa é focada na prática do professor, de modo que as singularidades do trabalho pedagógico são objeto de reflexão” BRASIL, 2012z, p. 2, sabemos que não adianta oferecer aos professores inúmeros cursos pedagógicos sem garantir ao menos uma reflexão da sua atuação em sala de aula, é neste espaço que surgem os problemas, as dúvidas e inquietações ,as formações precisam dar esse suporte aos professores , para que eles não se sintam desmotivados ao longo da sua trajetória profissional . Nesse sentido, o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa busca compreender os problemas existentes na aprendizagem do alunos, por meio dos relatos dos alfabetizadores, para então oferecer um estudo mais detalhado e significativo.

O programa apresentava como princípios norteadores da formação continuada, os conceitos:

A prática da reflexividade, compreendida como a “capacidade [que] deve ser exercitada e fazer parte da prática cotidiana do professor” (BRASIL, 2012b, p. 13). Por meio das discussões teóricas, estar relacionando as práticas cotidianas dos alfabetizadores, a auto reflexão para possíveis mudanças na prática pedagógica.

A mobilização dos saberes docentes, que valoriza o conhecimento do alfabetizador adquirido ao longo de sua trajetória, sendo este muito importante pois passa a “compreender que o que eles já sabem pode ser modificado, melhorado, trocado, ratificado, reconstruído, feito ou abandonado” (BRASIL, 2012b, p. 14).

A constituição da identidade profissional, com a finalidade de se “investir na construção positiva da identidade profissional coletiva, reforçando a importância e a responsabilidade dessa atividade no contexto social” (BRASIL, 2012b, p. 16).

A socialização, “habilidade importante a ser trabalhada nas formações continuadas, principalmente pelo fato do professor não trabalhar sozinho, de estar sempre em contato com pais, alunos, diretores e com os pares”. (BRASIL, 2012b, p. 17). Nos encontros formativos do programa os professores tem um momento destinado a socialização de experiências exitosas, e nesse contato com outros alfabetizadores o conhecimento é construído.

O engajamento, desenvolvendo o “[...] gosto em continuar a aprender e descobrir coisas novas”, o professor precisa está sempre em busca de novos conhecimentos, para assim não perder “o entusiasmo pelo que faz” (BRASIL, 2012b, p. 18). Ao longo da trajetória educacional

o que mais encontramos são professores desmotivados e sem perspectiva de mudança. Com esse princípio, percebe-se o compromisso com o alfabetizador, “peça fundamental” para a educação.

A colaboração, compreende-se que é necessário “um aprendizado coletivo, através do qual os professores exercitem a participação, o respeito, a solidariedade, a apropriação e o pertencimento” (BRASIL, 2012b, p. 19).

Portanto, a formação continuada era pensada a partir do contexto vivenciado pelos educadores em sala de aula, fazendo uma ampliação dos conhecimentos práticos adquiridos no contato com os alunos, para assim, associar aos conceitos teóricos. Por meio dos princípios que foram mencionados anteriormente, nota-se que o professor pode contar com o apoio dos pais, gestores e outros professores, pois sabemos que alfabetizar é uma tarefa complexa, e realmente necessita da colaboração de todos.

Em 2017, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia(UFRB), passa a ser Unidade Formadora do programa PNAIC, no estado da Bahia, atuando com o apoio do Núcleo de Alfabetização do Centro de Formação de Professores. Neste mesmo ano são instituídas algumas mudanças, previstas no Diário Oficial da União, pela Portaria nº - 826, DE 7 de Julho DE 2017, no Art. 6º diz que:

I - Formação Continuada: a) formação em serviço dos coordenadores pedagógicos da educação infantil, dos professores da pré-escola, dos coordenadores pedagógicos e professores do 1º ao 3º ano do ensino fundamental e de classes multisseriadas que possuem alunos desses anos, dos articuladores e mediadores de aprendizagem das escolas das redes públicas de ensino participantes do PNME; b) formação e constituição de uma rede de formadores para a pré-escola e educação infantil, para o 1º ao 3º ano do ensino fundamental e para o PNME; (Diário oficial, 2017, p. 20)

As formações continuadas serão oferecidas aos professores da pré-escola ao 3º ano do Ensino Fundamental, sendo estendidas aos docentes atuantes do Programa Novo Mais Educação. Nessa perspectiva, as formações serão ampliadas para outros professores com o intuito de garantir o fortalecimento das práticas alfabetizadoras.

Ainda mencionando as mudanças na política de formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, foi divulgado no Diário Oficial da União a Portaria Nº 4, DE 4 de Janeiro de 2018 a implantação de outro Programa Mais Alfabetização que “visa fortalecer e apoiar as Unidades Escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados nos 1º e 2º anos iniciais do ensino fundamental” (Diário Oficial da União, 2018,p.15) Esta medida foi baseada nos resultados da ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), que é aplicada ao final do ciclo de alfabetização, no 3º ano do Ensino Fundamental que segundo consta no Diário Oficial os dados “apontam para uma quantidade

significativa de crianças nos níveis insuficientes de alfabetização (leitura, escrita e matemática); Que o 3º ano do ensino fundamental ainda apresenta taxas elevadas de reprovação, sendo a média brasileira, em 2017, de 12,2%”(Diário Oficial da União, 2018,p.15).

Então por meio dos dados da ANA será aplicado o Mais Alfabetização para reduzir os índices de reprovação, apontando como solução a contratação de estagiários para dar suporte aos alfabetizadores, esses estudantes receberão uma bolsa de R\$ 150,00, tendo como jornada de trabalho, 5horas semanais. Inicialmente está é uma proposta considerável para as turmas de alfabetização, visto que as salas sempre apresenta uma quantidade elevada de alunos e muitas vezes o acompanhamento individualizado dos estudantes se torna complicado, devido ao tempo e outras questões do espaço escolar.

O que a torna preocupante, é pensar como será garantido a formação dos alfabetizadores. Visto que, por vezes, o profissional com formação inicial e continuada não consegue dar conta das demandas nas classes de alfabetização. Além do que é notório que a mudança de programa trata-se de um manejo político que não avaliou o PNAIC e traz uma nova proposta sem considerar os resultados da anterior. Segundo o documento exposto no Diário Oficial no Capítulo I dos Objetivos no inciso § 4o “A formação do professor alfabetizador, do assistente de alfabetização, das equipes de gestão das Unidades Escolares e das Secretarias de Educação será elemento indissociável do Programa” (Diário Oficial União, 2018,p.16), esperamos que este seja um ponto de destaque no referido programa, pois como discutimos ao longo deste capítulo a formação continuada exerce forte influência na prática dos alfabetizadores e que tais medidas influenciam no aprendizado e rendimento das crianças.

Ainda é importante abordar que, os estagiários estarão diretamente em contato com os alunos, então como será realizado as formações para estes sujeitos? como será feita a seleção dos estagiários? São perguntas que nos inquietam, pois os estagiários, farão o acompanhamento de alunos nas classes de alfabetização, e sabemos que neste ciclo inicial, as orientações são muito importantes e decisivas para as crianças. É preciso ter alguns cuidados, já que são estudantes em formação, e ainda não tem conhecimento com o exercício da docência, por isto, defendemos a formação continuada como ponto fundamental para a construção do conhecimento, e as orientações direcionadas pelos os alfabetizadores regentes.

Os cortes na educação, é algo que nos deixam apreensivos, pois sabemos que por meio dela podemos mudar muitas realidades, a educação tem este poder transformador, principalmente quando o indivíduo se apropria do ato de ler e escrever, habilidades fundamentais para qualquer pessoa. Dessa forma as autoridades precisam se conscientizar de que os investimentos nas políticas de formação são necessários e fundamentais para a educação,

e os seus reflexos estão presentes em cada criança que consegue ampliar o seu conhecimento e atuar com ser crítico e autônomo.

4- CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Consideramos muito importante o trabalho com a pesquisa, por meio dela podemos associar os conceitos teóricos e práticos possibilitando assim uma reflexão sobre suas contribuições no processo de ensino e aprendizagem. Através da pesquisa podemos aprofundar o conhecimento em qualquer tema, é uma fonte enriquecedora para a construção de novas aprendizagens. Nela podemos unir vários conceitos e fortalecer cientificamente o campo de estudo. Sobre pesquisa Marconi e Lakatos (1991) dizem que [...] sempre parte de um tipo de problema, de uma interrogação. Dessa maneira, ela vai responder as necessidades de conhecimento de certo problema ou fenômeno. Várias hipóteses são levantadas e a pesquisa pode invalidar ou confirmar as mesmas. (1991, p.16).

A investigação sempre surge de um problema ou de uma inquietação, o pesquisador pode obter confirmação sobre tal hipótese ou fazer novas descobertas. A pesquisa se faz presente na formação do profissional, sendo de suma importância para a conquista de novas aprendizagens, ao entrar em contato com este mecanismo o sujeito se torna capaz de observar criticamente e poder ver, e mudar as suas atitudes.

Sob essa ótica, a pesquisa desenvolveu-se especificamente, de acordo nos seguintes questionamentos: Quais as implicações do Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa para as turmas de alfabetização? e Como se efetiva o programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa na prática pedagógica dos professores do município de Amargosa/BA. Visando responder as esses questionamentos e concretizar os objetivos que nortearam o processo investigativo, propôs-se a realização de uma pesquisa qualitativa. A pesquisa foi realizada com professores atuantes no ciclo de alfabetização, considerando a importância que as formações continuadas têm na vida do indivíduo e os reflexos dentro da sala de aula. Pela natureza do objeto de estudo, esta pesquisa é de cunho qualitativo, pois, segundo Neto:

pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. (2012, p. 102,103).

Minayo (1995, p. 21-22) corrobora com essa ideia, ao considerar que:

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja,

ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Percebe-se, assim, que a investigação de cunho qualitativo oportuniza a descoberta de novos conceitos, relações, novas formas de entendimento da realidade. Além disso, Alves-Mazzotti (1999, p. 131) enfatiza que, “nas pesquisas qualitativas, parte-se da conjectura de que os indivíduos agem de acordo com suas crenças, sentimentos, valores e percepções; ademais, seu comportamento tem sempre sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando assim ser descoberto, investigado”. Por isso, para a concretização da pesquisa, primeiramente, será necessária a análise do referencial teórico referente ao tema, após análise dos documentos do Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e entrevistas realizadas com professoras participantes da formação continuada na rede municipal de Amargosa/BA

4.1 ABORDAGENS SOBRE A PESQUISA

A presente pesquisa se enquadra ao Paradigma Emergente, sobre isso Santos aponta que:

O conhecimento do paradigma emergente tende assim a ser um conhecimento não dualista, um conhecimento que se funda na superação das distinções tão familiares e óbvias que até há pouco considerávamos insubstituíveis, tais como natureza / cultura, natural/ artificial, vivo / inanimado, mente/ matéria, observador/observado, subjectivo/ objectivo, colectivo / individual, animal / pessoa. (Santos, 2008, p.64)

Por meio deste conhecimento o pesquisador poderá analisar, refletir e compreender o objeto em estudo que será a formação continuada dos professores alfabetizadores. Concordando com estas palavras, TEXEIRA (2005) afirma que: “Estamos diante de uma crise, e também da construção de um outro paradigma, que deverá reorientar o pensar fazer científico, em outras bases conceituais teóricas e epistemológicas.” TEXEIRA (2005, p.103).

Este paradigma científico traz muitas contribuições para a formação profissional do pedagogo visto que ampliamos a nossa percepção de mundo, estimulando assim a reflexão sobre os relatos ouvidos a partir das falas dos entrevistados, levando em conta as suas experiências de vida e prática alfabetizadora. É importante ressaltar que este momento da pesquisa será de grandes aprendizagens para ambas as partes, pois o contato com o outro faz com que o conhecimento seja produzido.

O método a ser utilizado será a entrevista, pois “partimos da constatação de que a entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana, em que estão em

jogo as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado” (Szymanski, 2004, p.12), é um instrumento significativo para alcançar os objetivos da pesquisa, que é identificar as implicações do programa Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa para as turmas de alfabetização, e compreender como se efetiva o programa na prática pedagógica dos professores alfabetizadores. Segundo Macedo (2006, p.102) apresenta os pontos positivos da entrevista, “é outro recurso extremamente significativo para a etnopesquisa. Numa etnopesquisa, a entrevista ultrapassa a simples função de coleta instrumental de dados no sentido positivista do termo”.

A entrevista será semiestruturada, esse tipo de entrevista apresenta maior facilidade na sua aplicação, pois o entrevistador pode realizar outros questionamentos para esclarecer alguma dúvida existente. Segundo Gil (1999), a entrevista apresenta as vantagens em relação aos outros meios existentes de coleta de dados:

a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio; b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores; c) garante o anonimato das respostas; d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente; e) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado. Gil (1999, p.128)

Diante as vantagens apresentadas pelo o autor, podemos citar a flexibilidade do entrevistado em responder as perguntas, visto que os sujeitos a serem questionados são professores é estes apresentam um tempo corrido diante as demandas do trabalho. Outro ponto importante é o sigilo das informações, o pesquisador precisa manter uma postura ética perante as informações fornecidas pelo entrevistado.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS PESQUISADOS

Para a realização da presente pesquisa foram escolhidas duas professoras alfabetizadoras, atuantes no ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano) do Ensino Fundamental das Séries Iniciais. A professora A foi escolhida por ter um tempo maior na docência, atuando em classes de alfabetização, além de ter participado das formações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa desde 2012, ano em que iniciou as formações continuadas em diversos municípios da Bahia.

A professora B foi selecionada por ter se formado recentemente em um curso de Licenciatura e ter assumido uma sala de 1º ano do Ensino Fundamental das Séries Iniciais, sendo o seu primeiro contato com a docência. Assim participou das formações continuadas

oferecidas pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa no ano de 2017.

4.3 DESCRIÇÕES DAS ESTRATÉGIAS PARA A COLETA DE DADOS

Para fortalecer o objeto da pesquisa, que é compreender as implicações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa para as turmas de alfabetização do município de Amargosa/BA, será realizado entrevistas com duas professoras alfabetizadoras atuantes no 1º ano do Ensino Fundamental. Para entender quais a suas experiências com as turmas de alfabetização, e contribuições do Programa Pacto Nacionais pela Alfabetização na Idade Certa para a formação do alfabetizador.

A escolha pela entrevista semiestruturada deu-se a partir da flexibilidade que o entrevistado tem ao falar do tema, podendo acrescentar outros pontos importantes, pois sabemos que “por outro lado, a entrevista também se torna um momento de organização de ideias e de construção de um discurso para um interlocutor, o que já caracteriza o caráter de recorte da experiência e reafirma a situação de interação como geradora de um discurso particularizado” (Szymanski, 2004, p.14). A partir da sua experiência o entrevistado organiza o seu pensamento e expõe a sua opinião sobre o objeto de estudo, isto é imprescindível na pesquisa, diante o envolvimento que o mesmo apresenta para com os questionamentos realizados e na relação com o entrevistador. Pois “esse processo interativo complexo tem um caráter reflexivo, num intercâmbio contínuo entre os significados e o sistema de crenças e valores, perpassados pelas emoções e sentimentos dos protagonistas” (Szymanski, 2004, p.14).

Para a elaboração das perguntas, pensou-se em uma sequência lógica, o qual iniciou-se pela formação acadêmica e profissional do entrevistado, após questionamentos referentes ao objeto de estudo, fazendo com que o sujeito sinta-se confiante e apresente um discurso claro e coerente, chegando até o ponto “de aprofundamento” (Szymanski, 2004, p.51), que “ são aquelas perguntas que podem ser feitas quando o discurso do entrevistado toca nos focos de modo superficial, mas trazem a sugestão de que uma investigação mais aprofundada seria desejável” (Szymanski, 2004, p.51), a partir da fala do entrevistado podem surgir outras indagações que são essenciais para observação e compreensão da temática. A entrevista semiestruturada dá esta condição ao pesquisador, permitindo uma liberdade, diante as questões inesperadas. Os dados colhidos com a entrevista foram organizados e relacionados ao objeto de estudo, buscando-se ter ciência sobre o mesmo.

Após a coleta de dados, realizou-se a categorização e apuração dos dados, agrupando-os de acordo com os objetivos a serem investigados. Em seguida os mesmos, foram categorizados,

analisados e interpretados, levando em consideração todo referencial teórico em estudo, fazendo uma relação do ponto de vista dos autores, com o pensar dos entrevistados. Os dados foram analisados na seguinte ordem: as implicações do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa para as turmas de alfabetização, a efetivação do programa na prática pedagógica dos professores alfabetizadores do município de Amargosa/BA, e por fim as perspectivas do PNAIC e da formação continuada dos alfabetizadores.

5- PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES SOBRE A FORMAÇÃO OFERTADA PELO PNAIC NO MUNICÍPIO DE AMARGOSA- BA

O presente capítulo tem como intuito apresentar os resultados da pesquisa, tendo como objetivo geral compreender quais os impactos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) para as turmas de alfabetização do município de Amargosa/BA, bem como a sua relação com as abordagens teóricas, mostrando assim as experiências adquiridas ao longo deste processo e os resultados obtidos. Para a análise dos dados, os capítulos foram distribuídos em categorias, a primeira intitulada “Perspectivas do PNAIC e da formação continuada dos alfabetizadores: implicações para as turmas de alfabetização” apresenta a concepção das entrevistadas sobre a importância da formação continuada, e a proposta do PNAIC como política de formação. A segunda “Efetivação do programa na prática pedagógica dos professores alfabetizadores do município de Amargosa: reflexões em torno da interdisciplinaridade e o uso de sequência didática” traz as contribuições das formações continuadas para o trabalho pedagógico do professor alfabetizador, sobre as práticas de leitura e escrita. Já a última categoria “Bolsa e os novos rumos da formação de alfabetizadores no contexto atual”, aponta sobre as mudanças na política de alfabetização, voltando o olhar para o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

5.1 PERSPECTIVAS DO PNAIC E DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS ALFABETIZADORES: IMPLICAÇÕES PARA AS TURMAS DE ALFABETIZAÇÃO

No intuito de alcançar os objetivos desta pesquisa, foram estabelecidos diálogos com duas professoras alfabetizadoras atuantes em turmas do ciclo inicial de alfabetização, afim de conhecer as suas percepções sobre a formação continuada de alfabetizadores, fornecidas pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Os critérios de seleção das docentes foram: uma professora iniciante e outra já com tempo de carreira. A professora iniciante atuou somente um ano na turma de alfabetização e a outra já atua a oito anos. Esse critério foi estabelecido para perceber a importância da formação continuada como exercício constante da atuação docente.

Mesmo a professora recém-formada precisa construir um exercício constante de reflexão das suas práticas, uma práxis pedagógicas. A docente com mais tempo de atuação também precisa ressignificar cotidianamente o seu fazer docente. Essa construção da práxis pedagógica acontece fundamentalmente mediada pelas formações continuadas.

Inicialmente ao ser questionada sobre a importância da formação continuada oferecida pelo PNAIC para a prática docente, a professora A, afirma que,

Todo professor tem que ir para sala bem preparado, principalmente quando se trata dessa questão, a alfabetização, pois ela é a base, então os alunos têm que estar até o 3º ano lendo fluentemente e escrevendo alfabeticamente. E dessa forma que o PNAIC contribui, na nossa formação, esta proposta realmente surtiu um grande efeito, pois prepara o professor para alfabetizar com qualidade. (Professora A, 2018)

Nota-se que a professora A, tem boas referências sobre o PNAIC, e que realmente a formação continuada é algo que fortalece a construção da prática docente, exclusivamente quando a mesma cita a importância do “alfabetizar com qualidade”. Nesse sentido, Cagliari (2008, p. 13) aponta que, “Mais do que os vários outros tipo de professores, os alfabetizadores precisam de uma formação especial, mais sólida e sofisticada, dada a importância e a complexidade de seu trabalho”.

Para Cagliari (2008), o professor, e, especificamente o alfabetizador, necessita de uma formação continuada que lhe dê suporte para trabalhar com os processos de escrita e leitura, habilidades estas que precisam ser consolidadas até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, pois quando a criança consegue se apropriar destas competências, ela está aberta a novas aprendizagens e conquistas. Assim o PNAIC, está incluído nas políticas públicas de alfabetização no Brasil, dando ênfase a formação do alfabetizador.

Sobre a importância da formação continuada oferecida pelo PNAIC, a Professora B(2018) também afirma que “o PNAIC dá um suporte para formação continuada, para que o professor possa refletir sobre a teoria e prática, os cursos são momentos formativos”.

Percebe-se que a formação continuada, desenvolvida pelo programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, é importante para a alfabetizadora, pois dá suporte para que os mesmos desenvolvam um trabalho satisfatório no alfabetizar das crianças. A Professora A(2008) ainda completa que “a formação inicial não me garantiu toda a base necessária para trabalhar com turmas de alfabetização, o tempo dos estágios eram muito curtos e não dava para aprender tudo. Por isso eu digo que participar do PNAIC, foi de grande valia para o meu currículo”.

Por meio da fala da Professora A, percebe-se que a formação inicial não garante todo o suporte para alfabetização de crianças. Por isso o professor deve estar sempre se atualizando, não somente ficar acomodado esperando os cursos formativos oferecidos pelas Secretária de Educação, mas se aproximar da sua área de atuação e estar sempre em busca de conhecimento, pois o indivíduo deve agir ativamente no seu processo formativo. Outro ponto a ser

mencionado, é que não saímos totalmente prontos dos cursos de licenciaturas, é por meio do contato com a docência que iniciamos os primeiros passos, aplicando os conhecimentos teóricos adquiridos, ao longo do curso, com a prática que está sendo vivenciada diariamente em sala de aula.

Assim, no intuito de saber como a Professora B conseguiu lidar com as dificuldades em sala de aula, já que a mesma é uma professora iniciante, ela foi questionada sobre os desafios enfrentados na turma de alfabetização, que puderam ser solucionados com a proposta do PNAIC, e ela respondeu que:

No início tive dificuldades de como iniciar o processo de alfabetização, e posteriormente minha inquietação era, fazer o aluno avançar de nível. Ficava em dúvida, se iniciava o meu trabalho ensinado o alfabeto, as vogais, sílabas ou nome de palavras. E, foi nesse sentido que as formações continuadas do PNAIC me deram suporte, mostrando o caminho, por onde deveria começar (Professora B, 2018).

Diante dessa resposta, nota-se que a Professora B, demonstrou-se insegura ao iniciar o contato com a turma de alfabetização, e procurava meios de como começar a ensinar a leitura e escrita para seus alunos, é visível que a mesma apoiava-se de algumas metodologias bem “tradicionais”, como iniciar a alfabetização apresentando letras, vogais ou sílabas soltas, uma prática descontextualizadas, que talvez fez parte do seu contexto escolar. Então, fica visível a importância das formações continuadas oferecidas pelo PNAIC, pois sem esse momento formativo a Professora B, poderia estar prejudicando o desenvolvimento dos seus alunos, com a utilização de práticas distanciadas do seu contexto.

Assim Russo (2012, p.62) aponta os caminhos para iniciar a alfabetização “por algo que constitua um elemento significativo para o aluno, o que deve ser a primeira preocupação no processo de alfabetização. E o que tem mais significado para uma criança é seu próprio nome, que a identifica, lhe dá identidade”. Todavia, cabe ao próprio professor, buscar se aperfeiçoar, tomando consciência, sobre a construção da sua formação e os seus objetivos que almeja alcançar, considerando a sua responsabilidade, diante cada um dos seus alunos.

Segundo a fala da entrevistada, a formação continuada oferecida pelo programa, lhe proporcionou estratégias de como iniciar o processo de alfabetização, e que as formações era o momento de expor as suas dúvidas. Ainda a professora B ressalta, sobre “o apoio de outros alfabetizadores, foi muito importante neste início de carreira, as vezes me senti confusa e precisava de uma sugestão, troca de ideias”. A troca de experiência com outros professores, e principalmente aqueles que já atuam a muito tempo, é considerável para o professor iniciante, visto que, o conhecimento é partilhado por meio dos relatos e experiências adquiridas ao longo do tempo. Nas formações do PNAIC, é disponibilizado um tempo para que os professores

dialoguem, sendo este momento intencional, em que as orientadoras de estudo buscam ouvir os alfabetizadores e se aproximar da realidade vivenciada por cada profissional.

Quando a Professora B , aponta para outro desafio na classe de alfabetização , “ *minha inquietação era, fazer o aluno avançar de nível* “, é visível que o maior desafio para os professores, é saber como lidar com os níveis de aprendizagem, pois sabemos que em uma turma de alfabetização os alunos não apresentam o mesmo nível, e então o alfabetizador precisa ter habilidade para trabalhar com as diversas especificidades, e uma formação continuada que lhe permita refletir sobre o processo do ler e escrever. Também ficou claro que a Professora A, sente a mesma angústia quando afirma que “*o nosso município, ainda precisa avançar muito na leitura e escrita, chega a ser gritante os dados de algumas escolas. E alguns alunos apresentam uma certa lentidão em aprender*”.

Por meio das falas das entrevistadas e valendo-se dos estudos feitos por Ferreiro e Teberosky, observaram que nem todas as crianças aprendem do mesmo jeito, sendo que a metodologia utilizada seja igual para todos. Em uma sala de aula, esperar o mesmo desenvolvimento de todas as crianças é um grande equívoco, cada sujeito tem um ritmo de aprendizagem, e este deve ser respeitado. Portanto, o professor precisa ter conhecimento dos níveis de escrita e respeitar o desenvolvimento do aluno, proporcionando estímulos que facilitem a construção de uma aprendizagem significativa.

De acordo o caderno 5 do PNAIC, nomeado “A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização”, traz que, para o aluno avançar de nível, o professor precisa “mobilizar situações orais como ponto de partida para entender o funcionamento linguístico e discursivo da escrita: é assim com situações de aprendizado da organização discursiva da escrita, como a própria escuta de textos lidos” (PACTO,2015, p.15).Os avanços na escrita, acontecem mediante a um conjunto de estratégias, utilizadas pelo alfabetizador, que envolvem situações de oralidade, leitura e escrita espontânea, que posteriormente será transformada em escrita alfabética.

Sobre o processo de formação continuada, a Professora A (2018) ainda ressalta que “*vejo o PNAIC, como uma luz no fim do túnel, ele possibilita trabalhar de maneira diferenciada, e por meio dele temos um resultado positivo na aprendizagem do alunos*”. Ao longo das leituras feitas, para elaboração desta pesquisa, é notável que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa preocupa-se com a formação dos alfabetizadores, os cursos de formação trazem situações do cotidiano para discussões e reflexões. Por meio da fala, desta Professora percebo que a mesma encontrou no PNAIC, um refúgio para os desafios vivenciados diariamente em sala de aula, e principalmente quando ainda afirma que “*antes, a minha forma de trabalhar, era*

bem tradicional”. O PNAIC defende essa desconstrução dos antigos métodos de alfabetização, garantindo formações que orientem aos professores, o trabalho associado do letrar e alfabetizar.

A formação continuada deve propor, “uma reflexão constante sobre a sua atuação e os problemas enfrentados, e uma instrumentalização naqueles conhecimentos imprescindíveis ao redimensionamento da sua prática” Kramer (2008, p. 81), todo aprendizado adquirido nos cursos de formação, deverá ser colocado em prática, dando ênfase ao aprendizado do aluno. Assim como estes cursos, devem ser espaços de diálogos, em que os alfabetizadores possam socializar os desafios e avanços encontrados em sala de aula, é um momento de construção do conhecimento.

Desta maneira, as formações continuadas desempenham um importante papel na formação profissional do alfabetizador, o mesmo deve estar sempre em processos de aperfeiçoamento, pois a sociedade está favorável a mudanças, inclusive na área educacional. E o alfabetizador tem a competência de transformar realidades, por meio da descoberta de cada aluno, quando se apropria do ato de ler e escrever.

No próximo tópico será discutida, com base na fala das docentes, os modos como o programa vem se efetivando no município de Amargosa-Ba.

5.2 EFETIVAÇÃO O PROGRAMA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES DO MUNICÍPIO DE AMARGOSA: REFLEXÕES EM TORNO DA INTERDISCIPLINARIDADE E O USO DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Ao ser questionada sobre as contribuições do PNAIC para as transformações na sua maneira de ensinar, a Professora A diz que “*ensinava de maneira muito tradicional, não que o tradicional seja uma coisa errada. Mas quando a gente passa a trabalhar de maneira contextualizada, realmente os efeitos são positivos, isso era algo que não existia antes do programa*”, a professora demonstra firmeza em sua fala, ao apontar as mudanças na sua metodologia, ocasionadas pelas formações continuadas oferecidas pelo programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

É instigador ouvir isto de uma alfabetizadora, ao mostrar que, deixou os velhos métodos de lado, e passa-se a orientar por uma proposta construtivista. Segundo Rosa (1997, p.41), aponta que, na teoria construtivista, “o aluno é sujeito de sua própria aprendizagem, o que equivale a dizer que ele atua de modo inteligente em busca da compreensão do mundo que o rodeia, automaticamente estão dando uma grande dica aos educadores, e lançando também um grande desafio”. O aluno precisa ser um sujeito ativo da construção do conhecimento, é o

professor precisa ter essa consciência, para não limitar a aprendizagem do aluno, saber o momento de intervir para construir novas descobertas, até porque o conhecimento é contínuo.

Sobre as transformações no ato de ensinar, a Professora B aponta que, “*apesar de ter pouco tempo na docência, vejo que, a cada formação continuada, a minha prática é transformada. Não tem como sair dos encontros sem levar alguma coisa*”. Nesse sentido, Pimenta (1996) vem trazer que os professores precisam associar:

[...] os saberes iniciais em confronto com suas experiências práticas, cotidianamente vivenciadas no contexto escolar. É nesse confronto e num processo coletivo de troca de experiências e práticas que os professores vão constituindo seus saberes como *praticum*, ou seja, aquele que constantemente reflete *na e sobre* a prática” (PIMENTA, 1996, p. 84)

A prática docente será produzida de forma contínua, a partir da junção dos saberes, construídos ao longo da formação inicial, e aqueles que serão adquiridos ao longo da sua trajetória profissional, sendo fundamental as trocas de experiências com outros colegas e a continuidade das formações, buscando um posicionamento reflexivo sobre a sua atuação docente. Por meio dos relatos das entrevistadas, é notável que a proposta do PNAIC ocasionou mudanças significativas na forma de conduzir o trabalho em sala de aula, levando o alfabetizador a compreender a importância da metodologia utilizada, para fortalecer as habilidades e competências que precisam ser introduzidas, aprofundadas e consolidadas em cada série, pelos educandos.

A Professora A, aponta ainda sobre as mudanças na prática docente, quando afirma que:

Com a chegada do PNAIC, aprendemos que não é necessário levar vários textos para sala de aula, antes era um texto diferente em cada aula. Aprendi que o importante é fazer com que os alunos compreendam e interpretem o texto, abstraindo diversas informações. A proposta do PNAIC nos orienta a retomar o texto, até que o aluno esteja familiarizado com a leitura e escrita. Isso facilita o entendimento daqueles alunos que apresentam muitas dificuldades. (Professora A, 2018)

Por meio da fala da Professora A, e a partir de algumas reflexões feitas ao longo desta pesquisa, percebemos que muitos professores ainda tem a visão de que, levar vários textos de diferentes gêneros, é estar contribuindo para o desenvolvimento das práticas de leitura. Sim, o aluno precisa conhecer a variedade de textos existentes, mas não é por meio da acumulação de leituras a curto prazo, principalmente, as crianças em fase de alfabetização, elas precisam de um tempo maior, para se apropriarem das informações existente em um texto. Toda essa prática de leitura deve ser pensada anteriormente pelo alfabetizador, antes de levá-lo para sala de aula, fazendo assim, uma reflexão sobre a realidade dos seus alunos e os objetivos a serem alcançados. Destacamos aqui a importância do planejamento, segundo Lück (2009, p. 32),

“planejar constitui-se em um processo imprescindível em todos os setores da atividade educacional”, pois é, neste momento que o professor, vai pensar as estratégias, recursos e objetivos que serão trabalhados, pensando minuciosamente em todo contexto da sala de aula.

A Professora B, menciona a descoberta sobre o trabalho com textos, *“até então não tinha conhecimento de como fazer a exploração de um texto, e nos cursos, os formadores deram várias maneiras de trabalhar”*, a mesma ainda expõe a sua dificuldade inicial, de levar um texto para sala de aula, e fazer as intervenções necessárias. Segundo a Professora B, os cursos formativos atuaram nesse sentido, de mostrar formas de como iniciar o trabalho pedagógico, e saber lidar com as práticas de leitura e escrita, sem que elas fossem aprofundadas separadamente, ela ainda diz que *“foi novidade trabalhar com o texto, e a partir dele fazer análise estrutural e fonológica das palavras, nunca vi essa prática na faculdade, na verdade fui descobrindo muitas coisas no decorrer do ano”*. As experiências adquiridas em sala de aula tem grandes contribuições no crescimento profissional do professor, pois ele vai se aperfeiçoando ao longo do tempo.

Também ficou claro, que a Professora A, aperfeiçoou o trabalho com os níveis de escrita quando diz que *“por meio do PNAIC, aprendi a trabalhar especificamente em cima dos níveis de escrita, e com isso podemos chegar mais perto das dificuldades dos alunos”*. Percebemos que a Professora A, precisou participar das formações continuadas oferecidas pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, para compreender sobre o processo que a criança passa até chegar a escrita alfabética.

Ainda a entrevistada aponta que, *“recebemos orientação sobre as atividades a serem aplicadas para cada nível, por exemplo, trabalho com um texto para toda a turma, e na hora da escrita, dou mais atenção para aquilo que o aluno ainda não sabe. Pois é preciso que meu aluno tenham alguns conteúdos consolidados”*. É visível a sua segurança, ao se referir das transformações ocorridas na sua prática, ao longo da docência. Nota-se que por meio do seu relato, o PNAIC interferiu de forma positiva contribuindo significativamente para a sua formação docente.

Sobre as novidades do programa, a Professora B aponta:

Os recursos, os materiais, as orientações didáticas e o acompanhamento das orientadoras de estudo, e principalmente o acompanhamento que elas faziam em sala de aula, e por meio das visitas, nos orientavam de forma construtiva. Tudo isso, foi uma novidade para a minha prática pedagógica, trazendo suporte no alfabetizar das crianças (Professora B, 2018).

Considerando o artigo 6º da portaria nº 867/2012, dos princípios do PNAIC, referentes ao

inciso II, afirma o fornecimento de materiais didáticos para as turmas do ciclo inicial de alfabetização. Certamente, pensar nos recursos didático é de grande valia para a prática do professor, pois sabe-se que alfabetizar necessita de muita criatividade e ludicidade. A Professora B ainda completa, *“os livros didáticos, livros de literatura, os encartes (com nomes de animais, letras do alfabeto, palavras e frases), e outros materiais oferecidos, facilitam muito na hora de planejar”*. Esse suporte com materiais, foi um ponto estratégico, na elaboração dos princípios do PNAIC, otimiza o tempo do professor, facilitando a preparação do plano de aula. A partir dos recursos fornecidos pelo programa, o professor pensa nas metodologias a serem desenvolvidas, adequando para a realidade da sua turma. É importante, ressaltar que o alfabetizador deve realizar a leitura do jogo, livro, ou encartes antes mesmo de aplicá-los para as crianças, e ter claro os objetivos a serem conquistados.

A Professora B comenta sobre *“a novidade proposta pelo programa, através da interdisciplinaridade, trazendo essa noção de como trabalhar casando uma disciplina com outra. Você explora uma temática em diversas disciplinas”*, o Caderno 3 do PNAIC nomeado *“Interdisciplinaridade no Ciclo de Alfabetização”* (2015), traz que *“a interdisciplinaridade não é um tema novo nem nas escolas nem no cenário educacional. Vem sendo discutida desde a década de 1960, e de longa data se reivindica e se debate que deva ser considerada nas práticas de sala de aula”* (PACTO, 2015, p.9). A Professora A, traz a interdisciplinaridade como algo que foi descoberto, a partir das formações continuadas do PNAIC, sendo que, já era uma prática que deveria ser desenvolvidas nas escolas, antes mesmo da implantação do programa.

Percebemos que a Professora A, se atenta ao trabalho com a interdisciplinaridade, porém, ainda é algo que precisa ser realmente efetivado na sua prática, quando a mesma revela que *“a interdisciplinaridade precisa ser fortalecida, os coordenadores precisam cobrar esse trabalho dos professores”*. Se os alfabetizadores têm formações continuadas, que lhes proporcionam esta visão interdisciplinar sobre as práticas de ensino, possivelmente o educador deveria assumir esta responsabilidade, pois é ele, que está diretamente ligado com o ensino. O caderno 3 ainda traz que *“o docente precisa sair de sua zona de conforto para descobrir e vencer desafios que até então não tinham sido colocados”* (PACTO, 2015, p.37).

O trabalho interdisciplinar não deve ser realizado somente pela cobrança do coordenador, se o alfabetizador tem esta consciência que a interdisciplinaridade facilita a sua dinâmica em sala de aula, então não há porque se distanciar e nem esperar por outro indivíduo para aplicá-la? Sobre esta dinâmica na prática docente, a Professora A, contribui que *“os coordenadores precisam oferecer mais materiais e suporte, para facilitar a ligação entre as disciplinas”*, mesmo sem citar o conceito *“interdisciplinaridade”*, nota-se que a Entrevistada A

tem noção sobre esta prática de ensino, e assim como a Professora B, diz que os coordenadores precisam contribuir efetivamente, facilitando a construção do planejamento.

Um dos pontos destacados pela Professora B, foi *“quando a coordenadora disponibiliza alguma sequência didática, isso ajuda bastante. Isto deveria ocorrer com mais frequência”*, nessa perspectiva, percebe-se que há necessidade das contribuições do coordenador, e este é o seu trabalho, porém pelas falas das duas entrevistadas, ainda há carência desse vínculo. Ainda no caderno 3 do material do PNAIC, traz algumas contribuições sobre o uso de sequências didáticas, apontando que *“é a possibilidade de desenvolver um trabalho interdisciplinar e, desse modo, poder contemplar, por meio de atividades diversificadas e articuladas, variados componentes curriculares”* (PACTO, 2015, p.64). Então, a sequência didática é um instrumento pedagógico que facilita o planejamento do professor, além de garantir integração entre as áreas de conhecimento, dando ênfase a leitura e escrita, habilidades que precisam ser construídas e intensificadas ao longo do ciclo de alfabetização.

Portanto, as formações continuadas desenvolvidas pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, tem influenciado diretamente nas práticas das alfabetizadoras. Ao longo das suas falas, nota-se que todo conhecimento adquirido nos momentos formativos, são aplicados na sua prática.

Dessa forma, no próximo tópico deste trabalho, será discutida as projeções do PNAIC no cenário atual.

5.3 BOLSA E OS NOVOS RUMOS DA FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES NO CONTEXTO ATUAL

Diante as políticas públicas de alfabetização presente no Brasil, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa foi o único programa a disponibilizar bolsa de estudo para os alfabetizadores, para aqueles que atuavam nas turmas de 1º a 3º ano do Ensino Fundamental.

Segundo a Professora A, a proposta da bolsa *“era uma motivação para o professor, quando você pensa em participar de uma formação fora do seu horário de trabalho, realmente é complicado”*, nota-se que a bolsa era uma forma de incentivar o alfabetizador a participar das formações continuadas, pois sabe-se que o professor, é um profissional que além de desenvolver o trabalho em sala de aula, ainda leva inúmeras atividades para casa. Sobre isso, a Professora A, completa que *“já temos tanto trabalho fora da escola, levamos muita coisa do trabalho para casa, e infelizmente nos professores não recebemos um salário digno”*. Pela fala da entrevistada, é notável que a bolsa atuava como complemento do salário de professor, já que

este tem uma renumeração baixa, diante as demandas que são atribuídas.

Sobre a política de bolsa, a Professora A aponta que:

Não é fácil trabalhar com essa proposta, é muito trabalhoso, dar resultados sim, mas precisamos ter uma renumeração melhor. Os orientadores de estudo, nos indicam leituras sobre os cadernos do PNAIC, e nos cursos, fazemos as discussões. Toda essa atividade, toma muito o nosso tempo, não que seja desnecessário, mas devido as outras demandas existentes. (Professora A, 2018)

Desta maneira, é perceptível que as formações desenvolvidas pelo PNAIC, exige um tempo de estudo para o professor, e essa prática é necessária diante o contexto em que o mesmo está inserido. Para Lerner (2002), o professor precisa ser um leitor, pois o mesmo deve desenvolver atividades permanentes de leitura na sala de aula. A exigência de estudo dos cadernos do PNAIC, é uma forma considerável do alfabetizador está sempre se atualizando teoricamente, e refletindo sobre a sua atuação prática. Além de ser muito importante a leitura dos Cadernos que fundamentam o PNAIC, e as discussões entre orientadores de estudo e outros alfabetizadores.

A Professora B, afirma que *“já ouvi falar da bolsa fornecida pelo PNAIC, porém não cheguei a receber”*, no ano de 2015 as bolsas foram reduzidas, sendo disponibilizadas apenas três parcelas, e ao final deste ano, a mesma foi extinta.

A bolsa começou a ser disponibilizada no ano de 2013, quando os professores foram cadastrados no SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação), por meio deste sistema os usuários recebiam informações referentes ao recebimento das parcelas. A bolsa teve duração de 2 anos e meio, e segundo a Professora A, diante esta situação *“quando se perdeu a bolsa eu e muitos colegas ficamos desanimados”*. Realmente, foi um retrocesso diante os investimentos iniciais do PNAIC, já que foi um programa bem divulgado, em relação aos programas anteriores.

Diante o corte da bolsa, a Professora A, foi questionada sobre a continuidade nas formações, e a mesma afirmou que, *“continuei participando das formações, após o corte da bolsa, no ano de 2014, foi disponibilizado uma formação de matemática”*. Assim, é visível que os alfabetizadores, se interessam pelas formações, e mesmo com os cortes não deixaram de participar dos encontros, nota-se que há uma preocupação em relação a construção da sua própria formação.

Percebe-se que a efetivação do programa, varia diante o contexto econômico do país, e infelizmente alguns segmentos da educação são afetados. Sobre os novos rumos das políticas de alfabetização, a Professora B traz que *“ainda não sei sobre as mudanças, mas é preocupante”*, a respeito disso a Professora A complementa *“o movimento do PNAIC está*

fraco, alguns colegas estão desanimados, querendo novidade, por enquanto estamos no aguardo”. Por meio desta fala, percebemos que nenhuma das entrevistadas tem conhecimento sobre as mudanças na política de alfabetização, sendo que elas deveriam ser informadas pelo orientador de estudo, a fim de proporcionar um diálogo, fazendo uma avaliação e reflexão sobre os novos rumos.

Desta forma, é notável que as modificações feitas nas políticas de alfabetização, especificamente no PNAIC, não são socializadas com os alfabetizadores. Sendo que o diálogo com estes indivíduos, seria imprescindível, pois os mesmos estão cientes das dificuldades e necessidades das turmas de alfabetização.

Após as reflexões apresentadas na fala dos professores, intercalando-as com discussões teóricas e reflexões da própria pesquisadora, no próximo capítulo serão apresentadas as considerações finais deste trabalho.

6-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elaboração desta pesquisa, podemos perceber a importância da formação continuada de professores alfabetizadores para que o direito de se apropriar do ato de ler e escrever seja garantido a todos os sujeitos. O presente trabalho conseguiu alcançar os objetivos propostos, pois atingiu a discussão o programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, como estratégia de alcançar a alfabetização ao final do 3º ano do Ensino Fundamental. O estudo também apresentou a relevância das formações continuadas, oferecidas pelo PNAIC e a sua influência na prática pedagógica dos alfabetizadores.

A leitura e a escrita são habilidades fundamentais na vida de qualquer pessoa, sendo estas adquiridas ao longo do processo de alfabetização, este período é marcado por grandes transformações, pois ao se apropria destas competências, o indivíduo passa a agir ativamente na construção do conhecimento. Devido a sua importância, a alfabetização deve ser considerada como uma das mais importantes fases de desenvolvimento humano.

Para que se efetive as práticas de leitura e escrita na sala de aula, é necessário a intervenção do alfabetizador, que por meio de estratégias, faz do alfabetizar algo prazeroso, despertando assim o interesse nos alunos, e motivando-o a serem futuros leitores e escritores. Pois é fundamental que o exercício do ler e escrever não seja perdido após a alfabetização, estas práticas devem permanecer por toda vida, por isso a necessidade de fazer com que o aluno sinta-se parte do seu processo de aprendizagem.

Percebeu-se, neste estudo, que as formações continuadas, especificamente as formações desenvolvidas pelo PNAIC para os professores de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, são de grande valia para construção do profissional. Por meio desta formação, o alfabetizador tem maior apropriação sobre os conceitos teóricos, e uma discussão pautada na sua prática. É notável que os encontros formativos, atuam como espaços de diálogos, em que os alfabetizadores podem se expressar, opinar e fazer novas descobertas.

A pesquisa também identificou a influência das formações continuadas, para a prática pedagógica das professoras, chegando a constatação que o trabalho do alfabetizador depende muito do grau de conhecimento que ele possui, e isto influencia diretamente sobre o desenvolvimento das crianças, pois como sabemos, não há uma “fórmula” para alfabetizar, são as práticas utilizadas que garantem êxito na aprendizagem dos alunos.

Portanto, é visível que a formação continuada exerce forte influência na construção do profissional, visto que somente a formação inicial não garante todo o suporte necessário para a sua atuação. Diante as transformações ocorridas na sociedade, e as mudanças educacionais, é

importante que o professor esteja sempre em exercício da ação e reflexão, para assim fortalecer a sua metodologia, objetivando o sucesso na alfabetização dos alunos.

Mesmo com todos os avanços, do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, percebe-se que o mesmo parece não ter contribuído com a formação de uma consciência crítica, por parte dos professores, pois os mesmos precisam superar o lugar de receptores de programas e projetos e, coletivamente se pensarem como elaboradores destes.

Enfim, a partir das considerações expostas neste trabalho, é perceptível que a alfabetização é um processo contínuo, e que o alfabetizador precisa ter consciência sobre a sua responsabilidade de formação dos sujeitos, desenvolvendo estratégias que fortaleçam as habilidades que devem ser adquiridas ao longo do ciclo de alfabetização. Para isso a formação continuada funciona como escopo fundamental de qualquer prática alfabetizadora que se proponha a ser exitosa.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTI, Alda J.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. **Fracasso escolar no Brasil: Políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar**. Brasília: SEB, 2005.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Programa de Formação de Professores Alfabetizadores**: Documento de Apresentação. Brasília: MEC/SEF, 2001a.

_____. Ministério da Educação e do Desporto Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental**. Brasília, dezembro/ 2012. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18543

_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa: a aprendizagem do sistema da escrita alfabética: ano 1: unidade 3/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional**. – Brasília: MEC, SEB, 2012.

_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/MEC: Caderno de Formação**. Brasília: MEC/SEB, 2012b.

BREJON, M. (Org.) **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus**. São Paulo: Pioneira, 1973

BRZEZINSKI, Iria. **Tramitação e desdobramentos da ldb/1996: embates entre projetos Antagônicos de sociedade e de educação**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 8 n. 2, p. 185-206, jul./out.2010.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística: pensamento e alfabetização no magistério**. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2008.

CAPOVILLA, F. (Org.). **Os novos caminhos da alfabetização infantil**. 2. ed. São Paulo: Memnon, 2005.

CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MACIEL, Francisca Izabel Pereira; MARTINS, Raquel Márcia Fontes (Organizadoras). **Alfabetização e letramento na sala de aula**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Ceale, 2009.

FERREIRO, Emilia. **Com todas as Letras**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FERREIRO, Emilia; Teberosky, Ana. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GARCIA, Regina Leite. (Org.) **A formação da professora alfabetizadora: reflexões sobre a prática**. São Paulo: Cortez, 1996

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 202 p. ISBN: 8522422702.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época; V.14).

KRAMER, Sonia. **Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso**. São Paulo: Ática. 2010.

_____. **Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso**. São Paulo: Ática, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**, 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1991

LERNER, Delia **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**/ Delia Lerner; tradução Ernani Rosa.- Porto Alegre: Artmed, 2002. 120 p.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa-formação**/ Roberto Sidnei Macedo. Brasília: Liber Livro Editora, 2006. 179p. (série pesquisav.15)

MEC. **Princípios do PNAIC**. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>. Acesso: 27 de Julho de 2016

MEC. **Princípios do PNAIC**. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>. Acesso: 7 de set de 2017

MINAYO, Maria.C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4ªed. São Paulo, 1995.

Ministério da Educação. Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa. **Formação do Professor Alfabetizador: caderno de apresentação**. Brasília: DF, 2012z.

MORAIS, Artur Gomes de. **Sistema de Escrita Alfabética**/ Artur Gomes de Moraes. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Notas para uma história da formação do alfabetizador no Brasil**. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 89, n. 223, p. 467-476, set./dez. 2008.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: **Seminário Alfabetização e letramento em debate**, 2006, Brasília. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

Disponível em: http://www.idadecerta.seduc.ce.gov.br/download%5Cencontro_paic_ceu_24_2602_2010%5Chistorias_do_metodos_de_alfabetizacao_brasil.pdf.

NETO, José A. Chehuen. **Metodologia e científica: da graduação à pós-graduação**. 1ª Ed. Paraná, 2012.

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NUCCI, E. P. di. Alfabetizar letrando: Um desafio para o professor. In: LEITE, S.A.S. **Alfabetização e letramento: Contribuições para as Práticas Pedagógicas**. São Paulo: Komedi, 2001.

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização**. Caderno 03 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015. 116 p.

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: **Apresentação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional**. – Brasília: MEC, SEB, 2014. 72 p

PAIVA, Vanilda. **Um século de educação republicana**. Pró- Posições, Campinas, v.2, jul,1990

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor**. Rev. Fac. Educ. [online]. 1996, vol.22, n.2, pp. 72-89

ROSA, Sanny S. da. **Construtivismo e mudança**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1997. (Questões da nossa época, 29).

RUSSO, Maria de Fatima. **Alfabetização: um processo em construção**/ Maria de Fatima Russo. —6.ed.-São Paulo: Saraiva,2012.

Santos, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências** / Boaventura de Sousa Santos. — 5. ed. - São Paulo : Cortez, 2008.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: LDB trajetória, limites e perspectivas**. Campinas-SP: Autores Associados, 1997. (Coleção Educação Contemporânea).

SZYMANSKI, Heloísa. **A entrevista na educação: a prática reflexiva**. Heloísa Szymanski (org), Laurinda Ramalho de Almeida, Regina Célia Almeida Rego Prandini,-Brasília: Liber Livro Editora,2004 4º ed, (2011).

TEIXEIRA, Elizabeth. **As Três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**/Elizabeth Teixeira. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

VILLELA, Heloísa de Oliveira S. **O mestre- escola e a professora**. In LOPES, Eliane Marta Teixeira et all. 500 anos de educação no Brasil. 3.ed. Belo Horizonte- MG: Autêntica, 2003.

APÊNDICE - ROTEIRO DA ENTREVISTA

Dados Gerais:

Nome

Completo _____

Contatos: E-mail _____ Celular _____

Formação

acadêmica: _____

Tempo _____ de

serviço: _____

1. Qual a turma que você trabalha?
2. O PNAIC contribuiu para transformações na sua maneira de ensinar? Como?
3. Em sua opinião qual a importância da formação continuada oferecida pelo PNAIC para a prática docente?
4. Quais dos desafios, você professor (a) enfrentou em sala aula nos referidos níveis de ensino (1º ano; 2º ano; 3º ano) que puderam ser solucionados com a proposta do Pacto?
5. O que o Pacto trouxe de novidade para se incluir no seu planejamento pedagógico?
6. Quais foram os resultados de aprendizagem relativos aos alunos do ensino fundamental (1º ano ao 3º ano – ensino fundamental) que podem ser constatados e observados como resultante da aplicação da proposta do PACTO?
7. Você sabe a respeito das mudanças propostas para formação de alfabetizadores a partir de 2018? O que você pensa sobre elas?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante sou estudante do Curso de Graduação Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, pelo Centro de Formação de Professores (CFP). Estou realizando uma pesquisa sob a responsabilidade da pesquisadora Adriely de Jesus Brito Cirqueira, e orientação da Prof.^a Dra. Erica Bastos da Silva cujo objetivo é compreender as implicações do programa PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA, para as turmas de alfabetização, além de discutir como se efetiva o programa na prática pedagógica dos professores alfabetizadores do município de Amargosa/BA. A metodologia consiste em uma pesquisa de cunho qualitativo mediada pela aplicação de entrevistas semiestruturadas.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo e anonimato das informações. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a). Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico sendo que as informações colhidas ficarão sob responsabilidade da equipe da pesquisa. Está pesquisa não compromete nenhum risco aos participantes. Após, esclarecimento da sua participação na pesquisa ficando ciente entre ambas as partes no caso em aceitar fazer parte da pesquisa, sendo assim assine no final desse documento ficando uma via com o participante e a outra com o pesquisador responsável. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do fone (75)98845-8644, ou pelo e-mail: adrielybrito93@hotmail.com ou também, pelo telefone da universidade através do fone (75) 3634-3042.

Amargosa-BA, Fevereiro de 2018.

Assinatura do responsável

Nome: _____

Assinatura _____

Participante